

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Departamento de Sociologia

Acolhimento familiar

práticas e representações das famílias de acolhimento

Vanessa Cristina Ramos Batalhas

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de

Mestre em Sociologia,

Especialidade: Família Educação e Políticas Sociais

Orientadora

Professora Doutora Cristina Lobo

Outubro 2008

Agradecimentos

Um primeiro agradecimento será dirigido, naturalmente, aos pais de acolhimento que participaram neste estudo, pelo interesse, pela disponibilidade e pela força que lhe imprimiram. A partilha dos vossos conhecimentos foi valiosa e será lembrada como uma das etapas mais interessantes deste processo.

À Mundos de Vida onde este estudo foi desenvolvido que acederam cooperar com o mesmo e cuja dedicação registo; aos profissionais que quiseram partilhar comigo os seus conhecimentos e experiência neste domínio, com disponibilidade e simpatia e uma qualidade profissional e humana impressas na memória deste trabalho.

À minha orientadora, Professora Cristina Lobo, mais do que pela paciência e disponibilidade, pelo privilégio das conversas e das discussões, pela imensa sabedoria e pela aprendizagem que me possibilitou. Também pela liberdade de pensamento e pelo apoio demonstrado desde o primeiro momento. O meu agradecimento será, sempre, pouco.

Aos meus colegas e amigos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa por terem partilhado as primeiras descobertas e por me terem aliviado nos momentos mais difíceis de trabalho, sempre que isso foi possível.

Terminados os agradecimentos profissionais, dirijo-me agora à minha família.

Aos meus Pais, arquitectos da pessoa que hoje sou.

Aos meus Avós, tudo o que fui, sou e serei, devo-o todos os dias, a vocês. Um agradecimento particular aos dois: o terem-me deixado ser criança, sempre que o quisser. Ao meu Avô, que acompanhou esta caminhada e cuja presença foi sempre intensamente sentida. Toda a saudade com que escrevo estas linhas é lembrada em todos os momentos da minha vida. Este trabalho é também uma conquista tua. À minha Avó. Estas linhas nunca chegarão para agradecer tudo aquilo que gostaria. Por me teres educado de uma maneira ao mesmo tempo tão doce e tão responsável, permitindo-me sempre as minhas próprias escolhas com o apoio incondicional que te é característico. Pelo teu colo, pelo teu mimo, pelos puxões de orelhas – sempre na altura certa – pela sabedoria e, sobretudo, por nunca duidares dos projectos em que me envolvo. Por ti. Por tudo.

À minha irmã Cátia. Por todos estes anos, pelas brincadeiras, pelas zangas, pelas vivências – irrepetíveis e únicas – pela confiança e pela crença em mim. Pelo computador, pelo quarto, por leres o trabalho, por corrigires, por horas ao telemóvel, pelos cafés para acalmar... Também a ti, por tudo e mais alguma coisa!

À minha madrinha, pelo exemplo de vida e pela coragem que me imprime.

Aos meus amigos, que desde o primeiro momento me deram força. Pelos vossos “Então, como está a correr?”, pelos “Precisas de ajuda?”, pelas mensagens escritas, por perdoarem dias menos bem-dispostos e por continuarem sempre lá.

Ao Marco minha fonte inesgotável de inspiração, pela força nos momentos mais difíceis e pela paciência nas horas em que me afastei para me dedicar a este trabalho, pela enorme compreensão e pelo amor...obrigado.

A todos, o meu mais sincero agradecimento e reconhecimento.

Resumo

Este trabalho incide no estudo de dez famílias de acolhimento que fazem parte do programa de acolhimento familiar da Associação Mundos de Vida, em Vila Nova de Famalicão. No sentido de perceber as práticas e representações destas famílias, relativamente ao acolhimento de crianças e jovens, o estudo analisa várias dimensões da esfera familiar e social: a estrutura familiar, as atitudes face ao acolhimento, a organização do quotidiano doméstico, as redes sociais de apoio e a influência da classe social na configuração das práticas e representações. Optou-se pela realização de uma investigação qualitativa utilizando a técnica da análise de conteúdo.

É objectivo desta investigação compreender de que forma as representações das famílias de acolhimento se relacionam com as praticas de acolhimento de crianças e jovens. Através de entrevistas semidirectivas organizadas em grupos de questões, foi possível estudar as diferentes dimensões da realidade social dos actores e, permitir demonstrar que nalgumas dimensões, existem diferenças determinantes entre as famílias estudadas.

Palavras-chave: família, infância, acolhimento familiar, relações familiares, representações.

Abstract

This study focuses on the study of ten foster families that are part of the foster care program of the Association Mundos de Vida, in Vila Nova de Famalicão. In order to understand the practices and representations of these families, the study examines various dimensions of family and social sphere: the family structure, the attitudes towards the reception, the organization of the domestic every day, the social nets of support and influence of social class in the configuration of practices and performances. It was opted to the accomplishment of a qualitative inquiry using the technique of the content analysis.

The aim of this research is to understand how the representations of foster families are related to the practice of foster care of child and youth. Through organized semi directive interviews in groups of questions it was possible to study the different dimensions of the performer's social reality. The conclusions allow indicating determinative differences, in some dimensions, between the studied families.

Key-words: family, childhood, foster care, family relationships, representations

Índice

Índice de Quadros e Figuras.....	VI
Introdução	1
Capítulo 1. Revisitando o Passado, Entendendo o Presente	
A Família e a Criança	2
A Família na Sociedade Contemporânea	4
Crianças ou jovens em risco ou perigo	6
Capítulo 2. Quando a Retirada é Inevitável	
O Acolhimento Familiar	9
Capítulo 3. Questões metodológicas	
Principais Conceitos, Indicadores e Modelo de Análise	14
Capítulo 4. Acolhimento Familiar: práticas e Representações das Famílias de Acolhimento	
Recebendo Crianças e Jovens: O Perfil dos Acolhedores	19
Um Retrato Singular.....	22
Integração e Práticas das Famílias de Acolhimento	25
Organização Familiar e Integração da Criança	28
Educação e Acolhimento Familiar	31
Divisão das tarefas domésticas e dos cuidados às crianças	35
Redes Sociais de Apoio – A Família e os Amigos.....	36
Considerações Finais	40
Bibliografia.....	42
Anexos	46

Índice de Quadros e Figuras

Figuras

Figura 1 - Dimensões de Protecção á Criança	7
Figura 2 - Modelo de Análise	16

Quadros

Quadro 1 - Dimensões e Indicadores de Análise	18
Quadro 2 - Caracterização Sócio-Demográfica dos Acolhedores.....	20
Quadro 3 - Nível de Integração das Crianças em Acolhimento	25
Quadro 4 - Formas de Organização Familiar.....	30
Quadro 5 - Repartição das Tarefas Domésticas e Cuidados às Crianças.....	35
Quadro 6 - Ajudas Prestadas por Família e Amigos	36
Quadro 7 - Lateralização das Redes de Apoio	39

Introdução

A existência de situações de crianças e jovens cujas famílias biológicas não se encontram em condições de poder desempenhar a sua função sócioeducativa, é nas sociedades contemporâneas constante fonte de preocupação. Desta forma, torna-se necessário o encaminhamento desses casos para respostas alternativas, enquanto a família não possa retomar a totalidade das suas funções.

De entre essas respostas, surge o acolhimento familiar. As famílias de acolhimento são aquelas que, têm a função de acolher no seu espaço familiar a criança ou o jovem que, para ser protegida, foi retirada à sua família biológica. Simultaneamente, enquanto a criança ou jovem permanece sob a guarda da família de acolhimento, um profundo trabalho é desenvolvido junto da família biológica, com o intuito de estabelecer mudanças a fim de facilitar o retorno dessa criança/jovem e para que sejam afastados os riscos a que tinham sido sujeitos. O objectivo da presente investigação - *Acolhimento familiar: experiências e perspectivas das famílias de acolhimento* – diz respeito à análise das práticas e representações das famílias de acolhimento.

No primeiro capítulo, são abordados dois conceitos que estão no centro da presente investigação - a família e a criança - daí que seja fundamental compreender a evolução e as transformações quem têm ocorrido ao longo do tempo até aos dias de hoje. Ainda no primeiro capítulo são problematizados os conceitos de *risco* e de *maus-tratos*.

No capítulo dois, é dada particular atenção ao acolhimento familiar - sua definição e especificidades, evolução e enquadramento jurídico - fazendo desta medida de protecção o enfoque principal deste trabalho.

O capítulo três remete-nos para o modelo de análise que conduz esta investigação, assente num estudo de caso com carácter exploratório e inserindo-se numa estratégia de investigação de carácter qualitativo. Para a recolha de dados accionou-se o recurso a entrevistas semi-directivas, realizadas a algumas famílias de acolhimento.

Apresentar, através da análise dos discursos dos entrevistados, a relação entre as *práticas e representações das famílias de acolhimento* das famílias de acolhimento é objectivo do capítulo quatro. São por fim sumariadas algumas notas conclusivas deste estudo.

Revisitando o Passado, Entendendo o Presente

A família e a criança no passado

Central na vida de todos os indivíduos, a família tem merecido a atenção das ciências sociais que procuram compreender as transformações por que tem passado ao longo da história. Com efeito, a família tem sofrido alterações profundas, sobretudo nas décadas mais recentes e este processo acelerado de mudanças familiares assentam na sua relação com a sociedade, tendo impacto nas relações que ocorrem no seio familiar, nos papéis e nas funções dos seus membros.

No século XVIII, no ocidente europeu, no seio da burguesia urbana surge uma nova maneira de ver a criança, no seio da família que também tem vindo a sofrer transformações em torno de duas ideias centrais: amor e privacidade. Quando comparada com a família tradicional do Antigo Regime, a família moderna é caracterizada pela afectividade apresentando-se mais fechada numa esfera privada, rompendo os laços que a prendiam á vizinhança, à rede de parentesco e á Igreja.

Segundo a análise realizada por Durkheim a *família conjugal* tornou-se no modelo da estrutura familiar na grande maioria das sociedades industrializadas, passando a ser um espaço restrito, composto por pais e filhos, autonomizando-se da família de origem. (Torres, 2001; p: 19).

A família baseada no afecto e não numa lógica institucional é estudada por Burgess, que vem propor uma nova família, fundada no “companheirismo” e na qual o bem-estar do casal e dos filhos é mais importante que as questões patrimoniais (Torres, 2001:35)

Surge então um novo *sentimento da infância*¹ (Àries, 1981), numa sociedade onde se começam a impor e valorizar novos valores sociais, onde se começa a aprender a controlar a fecundidade e onde, devido á melhoria das condições de higiene e saúde começam a baixar as taxas de mortalidade infantil. A criança passa a ser vista como um ser único e vulnerável, merecedora de carinho, respeito e protecção (Àries, 1981: 270). Surge também, para ela, um novo lugar de socialização: a escola, onde juntamente com as outras crianças, além de se instruírem, aprendem competências sociais e morais que lhes permitirá no futuro integrar o mundo dos adultos.

¹ A expressão “sentimento de infância” é da autoria de Philippe Ariès (1962), resultante de obras como *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*

Historicamente, esta proposta rompe com modos e costumes do modelo de família patriarcal que caracterizava as sociedades antigas. A oposição com o papel e o estatuto da criança nas sociedades não industriais é evidente, ao serem encaradas como “*adultos em miniatura*” eram postas a trabalhar junto dos mais velhos na agricultura e nas tarefas domésticas. Este facto, frequente na época, não constituía uma situação de graves consequências afectivas. A família não era, neste período, um lugar de afectividade mas sim um espaço de entreajuda que tinha como fim a sobrevivência (Àries, 1981; p:56).

Como nos refere Sarmento *a infância moderna associada as imagens românticas da criança-mimo, da criança-gozo, da criança-fragilidade e da criança-aluna, é, pois, uma construção social recente produto de um certo tempo histórico* (Sarmento in Almeida *et al*: 94).

De origem burguesa só posteriormente os seus ideais foram objecto de absorção por parte de outros grupos sociais, com práticas e costumes privados distintos, como é o caso das classes mais pobres pertencentes às camadas populares da sociedade e vistas como uma ameaça à nova ordem industrial (Àries, 1981; p:271).

Desta forma, só muito recentemente se adquiriu uma concepção de infância como esfera autónoma da vida social, concepção que não existia, por exemplo, na Idade Média. Pode-se afirmar que só a partir do século XIX as crianças se assumem e são representadas por uma identidade própria e de modos de vida distintos dos adultos, mais adaptados às suas próprias necessidades, começando a constituir-se como um grupo social, ou seja, o espaço social da infância é um espaço construído – infância como construção social – nas suas várias dimensões² (Qvortrup *et alii*, 1994; Corsaro, 1997; James e Prout, 1997; Soares e Tomás, 2004).

² A este respeito, apontam-se como leituras fundamentais, James&Prout, 1990; James, Jenks&Prout, 1998;Corsaro, 1997; Sarmento, 2000;2001; Jenks, 1992; 2001; Almeida, 2000; Para um aprofundamento da situação da Sociologia da Infância em Portugal ver Almeida, 2000; Sarmento, 2004.

A família na sociedade contemporânea

A família tem-se afirmado como uma instituição universal sendo, nos nossos dias, um claro reflexo das sociedades ocidentais contemporâneas possuindo novas configurações e novos papéis, como nos refere Almeida *se há a instituição que se tem adaptado às diferentes formas de viver em sociedade, demonstrando a plasticidade e flexibilidade das suas formas de organização, ela é certamente a família* (Almeida, 1995:117).

A organização familiar contemporânea foi sendo reestruturada com o passar dos diferentes tempos históricos e conseqüentemente, foram-se modificando a forma como são reguladas as práticas e os valores, a relação família e trabalho, a transmissão de poderes e haveres.

As profundas transformações na estrutura e formas de organização familiar, conduziram a novas e variadas configurações familiares, verificando-se, hoje em dia, uma pluralidade de formas familiares e novas estratégias que levam à construção de novos grupos onde existem pessoas a viver mais tempo, a casar e a recasar, a planear ter menos filhos, a optar por uma vida doméstica com outros parentes de gerações diferentes, sem que isso signifique que tenham que abdicar do seu projecto conjugal (Almeida et al, 1998). Nestas novas estruturas familiares aparecem novas designações como as famílias monoparentais, as famílias recompostas e as famílias complexas (Almeida et al, 1998 e Segalen, 1999).

É a partir de 1970, que em Portugal, se começam a registar alterações profundas na realidade familiar (Guerreiro, 2000). A descida da taxa de nupcialidade, o aumento dos divórcios, a subida dos casamentos pelo registo civil, a diminuição da taxa de natalidade, a presença das mulheres no mercado de trabalho e a subida da escolaridade feminina foram as mudanças mais evidentes (Torres, 1996). As práticas de controlo de natalidade generalizam-se e com elas novas formas de viver o casamento e o lugar dos filhos.

De acordo com Almeida *et al* a sociedade portuguesa está presente um duplo movimento que se pode designar por *familialismo renovado* (Almeida et al., 1998), caracterizado pelo maior nível de nupcialidade, rejuvenescimento da idade média do casamento, menos celibato definitivo, menos crianças nascidas fora do casamento e em consequência deste movimento, a redução de mães sozinhas com filhos ilegítimos e o

aumento dos casais com ou sem filhos, sobretudo nas camadas mais pobres da população.

Apesar da falada ‘crise da família’, a verdade é que a maioria dos indivíduos considera a família um pilar importante na sua vida, sendo cada vez mais valorizada. Reforçando esta ideia sempre, sempre que em inquéritos sobre valores sociais³ são confrontados os portugueses com questões relacionadas com a importância da vida familiar ou casamento os resultados revelam que em Portugal a família e o casamento são muito valorizados, acentuando essa valorização na lógica dos novos padrões: a perspectiva simétrica em que homens e mulheres devem trabalhar fora de casa e partilhar as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos (Almeida e Guerreiro, 1993).

Não se pode negar que a mais pequena mudança na estrutura da família ou na sua forma de organização traz enormes consequências para a forma como a criança é encarada e vivida pela família. Desta forma, outro aspecto importante na realidade familiar é o lugar e a função que os filhos representam na família. Hoje existe a tendência dos casais terem filhos em menor número, de forma planeada e para satisfazerem as expectativas afectivas (Kellerhals e al., 1982 e Cunha, 2005). A constatação dos afectos, a desvalorização de algumas funções de cariz instrumental e a aproximação de cenários tanto dos aspectos afectivos como de uniformização de expectativas são questões importantes para justificar a existência dos filhos (Cunha, 2005).

As mudanças revelam-se também a nível dos valores e dos comportamentos e se, para muitos a família funciona como um lugar de bem-estar, por outro tem cada vez mais visibilidade o pior lado das relações familiares. Segundo Torres (1999), situações como a violência psicológica e sexual sobre mulheres e crianças parecem estar associadas à diversidade de transformações sociais e psicológicas que envolvem diferentes dimensões da sexualidade e da afectividade nos relacionamentos entre homens e mulheres.

³ *European Values Study*. Luís de França (coord.) (1993), *Portugal. Valores europeus, identidade cultural*, Lisboa, IED, 1993; J. Vala, M. V. Cabral e A. Ramos (org.), *Valores Sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, ICS, 5

Crianças ou jovens em risco ou perigo

Como fora referido anteriormente, nem sempre a infância foi considerada uma fase separada da vida adulta. As crianças, até o século XIX, recebiam um tratamento muito semelhante ao dos adultos e, inclusive, começavam a trabalhar cedo, sujeitando-se muitas vezes a trabalhos pesados que colocavam em perigo a sua saúde. Até ao século XIX não existia a noção de responsabilidade social pelas crianças e muito menos havia leis para as proteger.

O acto de maltratar a criança na família não é novo nem característica que distinga a nossa sociedade de outras do passado. Uma das novidades reside não só na descoberta desta dimensão violenta na vida familiar como também no aparecimento ou aperfeiçoamento de outras modalidades de abuso ou negligência (Almeida *et al* 1999).

Hoje em dia, reconhece-se que, apesar de existirem várias instituições e lugares onde a criança pode ser vítima de maus-tratos, estes são infligidos sobretudo por familiares, protegidos no espaço privado da família (Almeida *et al*, 1999:93). Tal facto é ainda mais grave se levarmos em consideração que a família é a instituição social na qual se aprendem as competências sociais e morais que permitirão à criança integrar mais tarde o mundo adulto (*idem*:94).

Os maus-tratos são causados por factores sociais específicos. Isto não quer dizer que apenas se verifiquem em determinadas classes sociais; pelo contrário, esse fenómeno é transversal a todas elas, tendo apenas visibilidades diferentes. No entanto, o contexto envolvente irá determinar, em muito, o tipo de maus-tratos infligidos (Almeida *et al*, 1999:111).

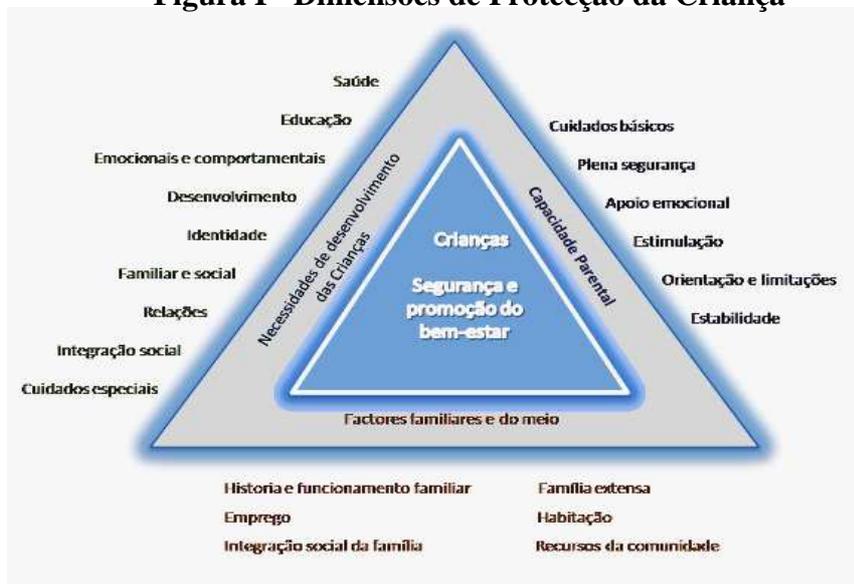
Desta forma, é importante conhecer qual o tipo de relação estabelecida entre pais e crianças/jovens; seja uma *parentalidade adequada* caracterizada pela empatia com a criança/jovem e reconhecimento da sua individualidade, uma *parentalidade parcial* onde aumenta o risco, agravando-se com a incapacidade dos pais em reconhecer essa situação e em conseguir trabalhar com técnicos competentes, ou ainda quando se desenvolve a *disparentalidade* atribuída às situações de maus-tratos físicos e psicológicos, abusos sexuais ou negligências graves, em contextos familiares⁴

⁴ De facto, na intervenção e institucionalização em idade precoce, de acordo com as estatísticas de intervenção e institucionalização, predominam as situações de acolhimento por negligência (34,1%), abandono escolar (18,4 %) e maus-tratos físicos e psicológicos (17,1%) que evidencia a necessidade de reforçar a análise do papel da parentalidade enquanto factor de risco e motivação para a institucionalização. (Relatório Anual de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção, 2005)

(GOMES, 2005:21).

Diferentes modelos procuram compreender a articulação de um conjunto variado de factores no percurso anterior à retirada das crianças e jovens do seio das suas famílias. É visível a partir da análise da Figura I uma articulação entre três níveis onde a exposição ao risco e a ausência de respostas estruturantes põe em causa o equilíbrio da criança ou do jovem na família: a capacidade parental; as necessidades de desenvolvimento infantil e os factores familiares e do meio sendo reforçada a importância de um conjunto de factores que se inter-relacionam no desenvolvimento da ‘incapacidade’ das famílias.

Figura I - Dimensões de Protecção da Criança



Adaptado de *Guidance on the Assessment Framework*, Department of Health et al, 2000⁵

Segundo Maria Teresa Penha, pode considerar-se criança em risco *a criança que pelas suas características biológicas e/ou pelas características da sua família está sujeita a elevadas probabilidades de vir a sofrer omissões ou privações que comprometam a satisfação das suas necessidades básicas*⁶ (PENHA, 1996; p: 11).

⁵ <http://www.open.gov.uk/doh/quality.htm>

⁶ Na perspectiva jurídica (Lei de Protecção de Crianças e Jovens, na Lei nº 147/99, de 1 de Setembro), *uma criança ou jovem em risco é aquela cujo bem-estar está comprometido ou ameaçado, pondo em causa o seu desenvolvimento integral.*

Independentemente da perspectiva, o conceito de risco relaciona-se com a noção de maus-tratos⁷ infantis pois remete-nos para a presença deste seja qual for o seu tipo (físico, emocional, abuso sexual, etc), o seu agente (os pais, membros da família, terceiros) ou o seu âmbito (familiar, institucional ou social).

Em Portugal a Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens através da Lei nº 147/99 considera que uma criança se encontra em perigo quando: está abandonada ou entregue a si própria; sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; não recebe cuidados ou afeição adequados; é obrigada a realizar trabalhos excessivos ou inadequados à idade e que põem em perigo a sua formação ou desenvolvimento; está sujeita a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; assume comportamentos ou se entrega a consumos ou actividades que afectem a saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento, sem que os pais se oponham de modo adequado a essa situação.

Assim, quando na família não existem condições para assegurar às crianças um conjunto mínimo de condições fundamentais para o seu desenvolvimento equilibrado garantindo-lhes uma inserção social plena, o Estado intervém para através das instituições tutelares assumir essas responsabilidades. Em Portugal existem as seguintes respostas ou medidas sociais para as crianças e jovens em risco ou perigo: *medidas em meio natural de vida* - apoio junto dos pais, apoio junto de outros familiares, confiança a pessoa idónea e o apoio para a autonomia de vida; e as *medidas de colocação* - acolhimento familiar, acolhimento em instituição e confiança a pessoa seleccionada para adopção ou a instituição com vista a futura adopção.

No capítulo seguinte é dada particular atenção á medida de acolhimento familiar, á sua definição e especificidades, evolução e enquadramento jurídico, sendo esta medida de protecção o enfoque principal deste trabalho.

⁷ Ana Nunes de Almeida, no seu estudo sobre maus-tratos infantis em Portugal centra o enquadramento teórico no conceito de maus-tratos.

Acolhimento familiar - quando a retirada é inevitável

No passado, o acolhimento de crianças ou jovens desfavorecidos representava um recurso de redes informais, familiares ou de vizinhança, que ao longo do tempo, devido às profundas transformações que ocorreram nos meios urbanos das sociedades industriais modernas, se viram progressivamente dificultadas (Martins, 2003).

Em Portugal, a entrega de crianças sem suporte familiar a *amas* – por entidades como a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – é muito antiga, não obstante a sua falta de regulamentação (Martins, 2003). Em 1962, dá-se um primeiro passo na definição desta modalidade de acolhimento, designadamente com o estabelecimento de regras para o recrutamento de *amas*, a criação de condições para o desempenho desta função e com a determinação das funções e objectivos desta forma de prestação extra-familiar de cuidados. Posteriormente, em 1966, as *amas* dão lugar às *famílias de acolhimento*, o que corresponde à importância da família como instituição privilegiada de (con)vivência e desenvolvimento para as crianças, em detrimento das pessoas singulares. Em 1967, regista-se a primeira tentativa de formalização do acolhimento familiar, bem sucedida na década de 70 (Calheiros, Fornelos & Dinis, 1993).

A nível internacional, foi o Reino Unido, que de forma mais clara optou pela medida de acolhimento familiar, sendo que a colocação das crianças em casa de famílias, para que lhes fossem garantidas a satisfação das suas necessidades básicas, data desde a Idade Média. Também em Espanha, o acolhimento familiar tem antecedentes remotos, contudo só em 1938 foi promulgada legislação específica, apesar de não incidir especificamente na forma de colocação de acolhimento familiar, mas sobre o perfilhamento e a adopção de crianças abandonadas. Em 1948, aos Tribunais Tutelares de Menores, coube a função de atribuir a confiança judicial das crianças a pessoas, famílias ou sociedades tutelares. É já nos finais dos anos 70 que o acolhimento familiar ganha contornos mais claros, através da clarificação dos seus mecanismos administrativos e legais, variáveis nas diferentes comunidades autónomas (Capdevila, 1996).

O acolhimento familiar não resulta, apenas de uma intervenção pública, ou oficial, corporizada no processo administrativo ou judicial. Há situações informais de colocação, quando uma família pede ajuda a outros adultos em quem confiam, nos momentos em que atravessam maiores dificuldades.

Torna-se então importante clarificar o conceito de acolhimento familiar.

Nos países de língua inglesa, onde se produz grande parte da bibliografia sobre o assunto, o termo *foster care* (acolhimento familiar) não tem uma definição exacta, variando de acordo com os países e as suas tradições na área da acção social podendo: incluir ou não os *familiares das crianças*; pode ou não considerar as colocações que não são *mediadas por uma autoridade reconhecida*; pode ou não abranger as *colocações temporárias*; pode envolver uma *instituição, uma casa privada ou familiar*; pode ou não incluir a prestação de cuidados apenas durante *partes do dia*⁸ (Martins, 2003).

Em termos jurídicos a medida de acolhimento familiar em Portugal, foi sofrendo várias alterações. Numa primeira fase, o acolhimento familiar, designado por *colocação familiar* é regulado pelo Decreto-Lei nº 288/79 de 3 de Agosto, tendo sido actualizado pelo decreto-lei nº 190/92 de 3 de Setembro, e posteriormente pela lei nº 147/99 de 1 de Setembro. Recentemente actualizado, o acolhimento familiar é actualmente regulado pelo decreto-lei 11/08 de 17 de Janeiro, é uma das medidas de protecção das crianças e jovens em perigo no sistema português de protecção da criança⁹. A Lei de Protecção de Crianças e Jovens reserva-a às circunstâncias particularmente graves e especiais em que a criança tem de ser retirada do seio da sua família natural e é mais adequada a sua colocação numa família de acolhimento, como alternativa ao ambiente institucional¹⁰.

Segundo a tipologia presente na lei de protecção, o acolhimento familiar é uma medida de colocação temporária que pode ser de *curta duração* – sempre que o retorno da criança à sua família biológica seja previsível num prazo não superior a seis meses - ou de *longa duração* – nas situações em que se ultrapassa os seis meses de duração.

Para Capdevila o tempo é uma dimensão crucial na análise das intervenções sociais, nestes casos, os *prazos são de especial relevância, evitando que o acolhimento e a adopção se confundam na mente dos seus intervenientes*.

⁸ De acordo com o *Department of Health* critérios como o *tipo de grupos* e o *número de crianças* aceites, os *serviços oferecidos* e a *residência* ou não de crianças são critérios de distinção do tipo de colocação

⁹ Em Portugal, a medida de acolhimento familiar consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, e visa a integração da criança ou do jovem em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e a educação necessária ao seu desenvolvimento integral (Decreto-Lei nº 11/2008, art.º 2)

¹⁰ *A confiança da criança ou do jovem, para os efeitos do disposto no artigo 2º, só pode ser atribuída a uma pessoa singular ou a uma família que seja seleccionada pelas instituições de enquadramento (...) e que não tenha qualquer relação de parentesco com a criança ou o jovem (Artº 7)*. Contrariamente ao que se praticava, esta lei proíbe tios, avós e primos de crianças e jovens em risco de poder ser candidatos a famílias de acolhimento sendo também claro ao sublinhar que as famílias ou pessoas candidatas ao acompanhamento destes jovens não podem ser candidatos à adopção.

O acolhimento familiar é uma resposta social especialmente útil de apoio à criança e à família. É assegurado, desta forma, a protecção à criança ou jovem do risco a que estão sujeitos no seu contexto de origem, proporcionando-lhes os cuidados necessários e oferecendo-lhes uma oportunidade de acesso a modos relacionais distintos dos vivenciados no seu contexto familiar de origem (Berger, *in* Martins, 2003). Simultaneamente, é um recurso social e de apoio disponível para as famílias que estão impedidas de desempenhar as suas funções normais (Capdevila, 1996).

Neste cenário de parentalidades cruzadas a proximidade entre as famílias biológicas e de acolhimento deve ser inclusiva, permitindo que ambos ocupem o lugar devido e desempenhando os papéis que lhe competem na relação com os menores: os pais biológicos não se desresponsabilizam pela educação das crianças, mantendo-se presentes e activos no seu quotidiano; a família de acolhimento, por sua vez, obtém um conhecimento mais profundo da origem da criança, podendo desta forma desempenhar de forma mais adequada a sua função.

Não obstante o crescimento desta resposta nos últimos anos, trata-se ainda de um recurso escasso. De acordo com um estudo realizado pelo Ministério da Justiça e pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade existem alguns factores que contribuem para o estado de “semi-abandono” que se encontra esta medida de colocação, entre os quais se destacam: a fraca promoção da medida, a ausência de critérios de selecção específicos das pessoas envolvidas ao nível das suas motivações e do seu equilíbrio emocional, a falta de formação prévia e acompanhamento técnico, a existência de critérios demasiado restritivos na definição dos níveis etários das crianças a serem acolhidas, bem como para as famílias acolhedoras (Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1999).

O acolhimento familiar configura-se como uma resposta social em evolução em países como o Reino Unido, Escócia e Espanha. Ao longo do tempo, e gradualmente, tem vindo a assumir diferentes funções, traduzindo-se em dois pilares, o acolhimento de curta duração – *de emergencia, avaliação, colocação previa á reabilitação, acolhimento supletivo e tratamento* – e o acolhimento de longa duração (Hellinckx e Colton, 1993). Todavia, apesar de uma quase ‘normalização’ desta medida de colocação, as dificuldades com que se tem deparado tem contornos próprios nos diferentes países da União Europeia, e aspectos comuns que se sobrepõem às diferenças culturais e políticas (Colton e Williams, 1997).

Em Inglaterra e no país de Gales, a proporção de crianças acolhidas passou de

um terço para dois terços nos últimos 20 anos. O acolhimento residencial passou por sua vez de três quartos das colocações, em 1975 para menos de 20%, em 1998. Na Irlanda do Norte, 80% das crianças retiradas da sua família encontram-se em acolhimento familiar e esta percentagem de crianças em acolhimento familiar passou dos 50% para os 75%, de 1977 a 1997¹¹ (Delgado, 2007).

Na Escócia, e de acordo com os dados apresentados pelo *Scottish Executive National Statistics Publications*, do total de crianças em acolhimento, aproximadamente 68% encontravam-se em famílias e apenas 32% em instituições. Esta divisão expressa a tendência de crescimento do acolhimento familiar em detrimento do acolhimento residencial que se verificou na última década (Delgado, 2007).

Em Espanha, apesar das variações regionais e da diferente expressão que a medida assume em cada região, caminha-se rapidamente para uma fase em que metade das crianças retiradas da sua família viverá em famílias de acolhimento. Nas Ilhas Baleares, por exemplo, as crianças até aos 6 anos de idade são já no presente colocadas obrigatoriamente em famílias de acolhimento.

Em Portugal, o acolhimento familiar é uma possibilidade de colocação insuficientemente utilizada: em 2001, existiam 4831 crianças em 3610 famílias de acolhimento. Note-se que a maior parte destes agregados – cerca de 64% – são família alargada das crianças/jovens acolhidos (Delgado, P, 2003). Em 2006¹², os dados actualizados dão conta de 5345 crianças – 6 % com deficiência contra, a larga maioria, de 94% sem deficiência - em 4069 famílias de acolhimento, continuam a ser os familiares próximos das crianças ou jovens que constituem a maioria das famílias acolhedoras - 67% (D.R.S.S., 2006).

Existem posições diferentes no que respeita ao acolhimento familiar, os defensores desta medida afirmam que é fundamental para o desenvolvimento da criança ou do jovem a sua integração num ambiente familiar que permita o desenvolvimento da sua auto-estima e autonomia, contribuindo assim para a construção da sua identidade.

Na perspectiva de Kelly e Gilligan (2000, p.8), as qualidades do acolhimento familiar que lhe confere capacidades para satisfazer um conjunto diversificado de necessidades dos menores são: *oferta de um espaço familiar; mantém a criança na*

¹¹ Acerca desta questão consulte o Anexo 1 - Acolhimento Familiar: enquadramento internacional comparado

¹² Para uma visualização mais alargada das estatísticas consulte o Anexo 2 - Estatísticas do Acolhimento Familiar em Portugal, por Distrito

comunidade; oferece á criança a oportunidade de desenvolver relações estreitas com a família de acolhimento; permite á criança continuar vinculada e identificada com a família biológica; inclui a família biológica na protecção da criança; oferece apoio na transição para a vida adulto; proporciona acompanhamento e apoio na medida de enquadramento para a criança e para a família de acolhimento.

Por outro lado, o acolhimento familiar, pode defrontar-se com alguns riscos, entre os quais: a separação do agregado familiar de origem (Tribuna & Relvas, 2002), o risco da parentalização da relação educativa que se estabelece entre a família de acolhimento e as crianças ou jovens acolhidos (Cartry, 2003), podendo mesmo chegar à apropriação em relação ao menor (Tribuna & Relvas, 2002), a conflitualização acrescida da vida da criança ou jovem, sujeita à tensão decorrente do que Tribuna e Relvas (2002) designam como *dupla parentalidade paradoxal*¹³, e a ruptura da família de acolhimento com as consequentes colocações sucessivas da criança/jovem.

¹³ Por um lado a *parentalidade leal* – em relação à família de origem – expressa predominantemente em termos comportamentais e da passagem ao acto, com tradução em formas diversas de inadaptação social; por outro lado, a *parentalidade funcional* – em relação à família de acolhimento – que valoriza a comunicação verbal e a adequação social da conduta

Questões metodológicas

Esta pesquisa integra-se na metodologia de investigação qualitativa pelo método e pelas técnicas utilizadas. Trata-se de uma estratégia que se traduz num estudo aprofundado de uma dimensão da intervenção social, não tendo como intenção uma generalização ou extensão das suas conclusões ou resultados a outros contextos próximos.

O trabalho de campo decorreu, na forma de estágio de observação, entre Março e Maio de 2008, na Associação Mundos de Vida, no distrito de Braga¹⁴.

A Mundos de Vida, Associação para a Educação e Solidariedade, é uma instituição privada de solidariedade social, fundada a 29 de Junho de 1984, então, com a denominação de Centro Social de Lousado, em 2004. Centradas nas áreas da educação, acção social e da saúde a Mundos de Vida possui serviços orientados para os vários ciclos da vida das famílias da sua área de influência, agrupados em seis áreas: centro de educação da infância, centro de protecção à infância, centro integral para a terceira idade, centro da família e da inserção social, centro do conhecimento e da formação e centro da saúde e de bem-estar. Por acordo de cooperação com a Segurança Social, Associação Mundos de Vida constituiu-se como a primeira Instituição Particular de Solidariedade Social, em Portugal, com competência para actuar como instituição de enquadramento do acolhimento familiar.

Presumindo a natureza qualitativa deste estudo, tendo por base os fundamentos teóricos apresentados, expomos agora as razões da opção metodológica relativamente às técnicas de recolha de dados e os procedimentos metodológicos utilizados na interpretação dos mesmos.

O estudo das famílias de acolhimento, nas várias dimensões descritas que constituíram o nosso objecto de estudo, apelou para a selecção de técnicas de pesquisa que nos possibilitassem aceder às representações dos principais sujeitos implicados e dessem a oportunidade de estes relatarem as suas próprias vivências e interpretações das realidades (Costa, 1987). *A entrevista é o instrumento mais adequado para delimitar os sistemas de representações, de valores, de normas veiculadas por um indivíduo* (Ruquoy, 1997 p.89). Como tal, um dos instrumentos mais comuns na investigação qualitativa é a entrevista semi-directiva. Esta é organizada por um conjunto de questões fundamentais a serem exploradas e nem sempre as palavras exactas e a ordem das

¹⁴ Aconselha-se a consulta do Anexo 3 – Caracterização da Instituição de Enquadramento

perguntas são pré-determinadas (Ruquoy, 1997).

Em estudos qualitativos, o critério que determina o valor da amostra é o da adequação aos objectivos da investigação, pelo que, segundo Albarello et al. (1997), a questão da representatividade em termos estatísticos não se coloca. No presente estudo, a população alvo restringe-se a um conjunto de dez famílias que têm em comum o facto de acolherem crianças e jovens com os quais não têm laços de parentesco.

O problema que se punha nesta fase, era conseguir contactar famílias de acolhimento de várias classes sociais de modo a perceber se os contextos introduziam diferenças nas suas representações e práticas, relativamente ao acolhimento. Neste momento da pesquisa a mediação dos técnicos da Mundos de Vida constituiu um factor decisivo no acesso às famílias de acolhimento.

Neste estudo elaborou-se um guião¹⁵ com perguntas relacionadas directamente com os tópicos considerados pertinentes para a problemática a abordar. Para a construção do guião, teve-se em consideração o enquadramento teórico deste estudo e as dimensões de análise pertinentes para a problemática que pretendíamos investigar.

A recolha de dados através das entrevistas foi registada em gravador (com prévia autorização das respondentes) e transcritas na íntegra para posterior tratamento da informação obtida.

Outra técnica utilizada nesta pesquisa, como meio complementar de recolha de informação, foi a análise documental dos processos das crianças¹⁶ e das famílias de acolhimento. Estas consultas permitiram o acesso a informação privilegiada sobre o perfil sociográfico das famílias de acolhimento, bem como sobre as trajectórias de vida das crianças e jovens acolhidos.

Assim sendo, neste estudo a análise de conteúdo foi o meio pelo qual se descodificaram as palavras, frases e entrelinhas, tentando ultrapassar a subjectividade das interpretações.

Do estudo empírico e da reflexão a esse propósito desenvolvida, apresentam-se nos capítulos seguintes algumas conclusões que esboçam vários vectores de actuação no âmbito do acolhimento familiar.

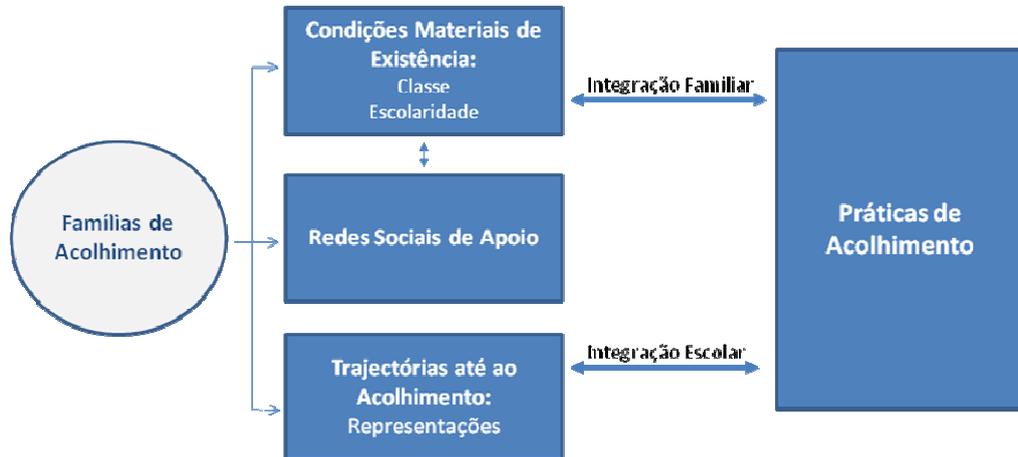
O modelo de análise traduz-se numa linguagem e em formas que habilitam o trabalho sistemático de recolha e análise de dados, de observação ou de experimentação

¹⁵ Consulte Anexo 6 – Guião da Entrevista às Famílias de Acolhimento

¹⁶ Consulte Anexo 5 para uma maior informação acerca das crianças e jovens acolhidos

em fenómenos concretos. O objecto de estudo: as famílias de acolhimento de crianças e jovens, considerado numa abordagem de várias dimensões permitiu-nos criar um modelo teórico de análise explicativo da realidade social a analisar.

Figura 2 – Modelo de Análise



Partindo do conceito de família de acolhimento, e da classificação dos contextos socioeconómicos, procuramos analisar o funcionamento das famílias de acolhimento ao nível das práticas e representações nas suas várias dimensões: atitudes face ao acolhimento, redes sociais de apoio, formas de integração da criança ou jovem acolhido.

Começa-se por abordar a estrutura familiar através da composição do agregado pelo interesse que se coloca em caracterizar as famílias em estudo.

Outro conceito importante para o desenvolvimento desta investigação é o de representações sociais¹⁷, desenvolvido por Almeida *et al* como sendo *avaliações cognitivas que os indivíduos e os grupos fazem sobre qualquer aspecto das condições de existência* (Almeida *et al*, 1994; p:177).

Reter-se-á agora a pertença a diferentes classes sociais como uma hipótese explicativa das representações e práticas das famílias de acolhimento.

Sabe-se que semelhantes condições de existência entre membros da mesma classe conduz ao desenvolvimento de compatibilidades nas suas práticas e

¹⁷ Do ponto de vista das representações, convém lembrar que foi Durkheim, no âmbito da sociologia a falar de “representações colectivas”, considerando que as mesmas, englobando as maneiras como o grupo de concebe em relação a si próprio, aos outros e ao mundo que os rodeia, são geradas socialmente. Consequentemente existe uma inter-relação estrutural entre a formação das representações sociais e a organização social no seu todo (Vala, J; 2000).

representações sociais, e de diferenças relativamente às práticas e representações dos membros de outra classe.

Por essa razão, neste trabalho optou-se pelo conceito de estruturação de classe social de Pierre Bourdieu, de acordo com a concepção deste autor as divisões entre classes são traçadas pela posse diferenciada de vários capitais. Estes capitais (capital económico, social, cultural e simbólicos, etc.) têm uma distribuição desigual pelas várias classes sociais (Bourdieu, 1979). Mas como se processa a relação entre estruturas de classe e práticas sociais? Bourdieu descreve esta mediação através do sistema de disposições (*habitus*). Genericamente este conceito caracteriza a maneira como as pessoas tendem a pensar e agir nas mais variadas circunstâncias da vida. Ideia fundamental de Bourdieu é que esse sistema de disposições é o resultado da interiorização progressiva pelos indivíduos das condições objectivas da classe a que pertence, através da socialização no âmbito da família de origem, na escola, do meio social em que se vive e de outras experiências individuais e colectivas (Bourdieu, 1979).

Importa ainda neste quadro conceptual, fazer uma breve abordagem às relações e alianças que uma sociedade ou grupos sociais estabelecem entre si, dando ênfase ao parentesco e às solidariedades das redes domésticas.

Afirmar que o parentesco alargado perde a importância nas sociedades modernas devido ao isolamento dos agregados domésticos, é uma ideia posta em causa por estudos que vieram demonstrar não só a vitalidade das relações de parentesco, como também das suas formas sociais e geracionais (Vasconcelos, 2002).

Pretende-se também, neste trabalho, analisar as redes sociais e as entreajudas e saber de que quadrantes surgem. As soluções da família perante as necessidades dos filhos e os apoios dados pelas por parentes, amigos ou outros. A quem recorrem quando precisam de ajudas e que estratégias utilizam para fazer frente a uma dificuldade encontrada.

Assim, as hipóteses centrais desta investigação são as seguintes:

Na primeira, as práticas e as representações dos protagonistas do acolhimento estão relacionadas com a respectiva posição na estrutura de classes;

A segunda conjuga a presença ou ausência de filhos biológicos com tipos diferenciados de práticas de acolhimento;

E, por fim, a terceira hipótese analisa a importância das redes sociais de apoio, enquanto elementos fundamentais de ajuda às famílias de acolhimento

Quadro 1 – Acolhimento familiar: práticas e representações das famílias de acolhimento (conceitos, dimensões e indicadores)

Família de Acolhimento	Caracterização Sócio-Demográfica	Idade Nível de escolaridade Condição perante o trabalho Situação na profissão Profissão Existência de filhos biológicos Composição do Agregado Familiar
	Historia Familiar	Historia e experiencias de vida Rotinas de vida diária e estratégias educativas Momentos de crise e estilos de adaptação Modos de organização familiar
	Redes Sociais de Apoio	Disponibilidade de apoio da rede social Tipos de ajudas Dadores de Apoio Pertença a grupos formais/tempos livres
Representações	Acolhimento Familiar	Motivações, expectativas sobre o acolhimento Grau de consenso do casal/filhos Respeito pela história de vida da criança Fratrã (na mesma família de acolhimento)
Práticas	Integração	Formas de integração Memórias do acolhimento Descrição do dia-a-dia da criança/jovem Adaptação das crianças/jovens às regras Dialogo família/criança/família
	Integração Escolar	Integração da criança na escola Regras Apoio às crianças/jovens Actividades extra-curriculares

Recebendo crianças e jovens: o perfil dos acolhedores

No quadro legal da protecção de crianças e jovens em perigo, a confiança de uma criança que seja objecto desta medida de colocação pode ser atribuída a uma pessoa singular ou a uma família que sejam consideradas especialmente habilitadas para a prestação dos cuidados adequados às necessidades e ao bem-estar da criança e para a educação promotora do seu desenvolvimento (Decreto-Lei nº 11/2008, art.º 2).

Estas famílias devem cumprir um conjunto de requisitos, que passa por reunirem as condições psicológicas, materiais e sociais consideradas necessárias e terem disponibilidade para frequentar acções de formação promovidas pelas instituições de enquadramento. A par da exigência de contacto permanente com a família natural das crianças que acolhem, é-lhes atribuída a responsabilidade da educação e prestação dos cuidados de saúde necessários aos menores, por isso do exercício da função parental¹⁸.

Resultante dos dados de identificação das famílias de acolhimento, realizou-se a caracterização e traçou-se o perfil das famílias de acolhimento entrevistadas no âmbito desta investigação. O retrato das famílias sintetiza algumas informações importantes na sua caracterização: o estado civil, a idade do casal, habilitações académicas, profissão e situação na profissão.

Partindo das características das dez famílias procedeu-se à compilação dos principais dados que se podem observar no quadro seguinte:

¹⁸ Em Portugal, o perfil da família de acolhimento foi traçado num estudo nunca publicado - da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR) e do extinto Instituto de Desenvolvimento Social (IDS), não existindo desta forma nenhum estudo recente relativo ao perfil das famílias de acolhimento nem dos menores acolhidos. Contudo, de acordo com as conclusões preliminares que foram dadas a conhecer numa das reuniões da Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco as famílias de acolhimento a nível nacional possuem as seguintes características: *cerca de 70% das famílias de acolhimento têm laços biológicos com as crianças; a média de idades dos responsáveis do acolhimento é alta e o nível de escolaridade muito baixo; a vulnerabilidade económica é também uma característica dominante das famílias; 90% das famílias de acolhimento nunca receberam formação; as medidas de protecção tentadas anteriormente são praticamente inexistentes* (Relatório de Actividades CPCJ, 2003). Na mesma linha de preocupação a investigadora, Paula Cristina Martins refere um dos problemas presentes no perfil actual das famílias de acolhimento, caracterizadas pela existência de laços de parentesco das famílias acolhedoras com as crianças ou jovens, por períodos superiores a seis meses sendo para isso remuneradas, os serviços prestados pelas famílias não são qualificados nem especializados ao contrário do que se passa na maioria dos países onde esta medida tem maior visibilidade (Martins, 2003).

Quadro 2 - Caracterização Sócio-demográfica dos Entrevistados

Fam	Idade		Estado Civil	Filhos Biológicos	Habilitações Literárias		Profissão		Categoria Sócio Profissional ¹⁹
	M	F			M	F	M	F	
1	-	30	Solteira	0	-	-	-	Esteticista	EE
2	31	28	Casados	0	12º Ano	Lic.	Mecânico	Psicóloga	PTE
3	44	44	Casados	2	12º Ano	12º Ano	Electro-mecânico	Cabeleireira	AEpl
4	29	27	Casados	0	12º Ano	9º Ano	Encarreg. Const. Civil	Técnica de Vendas	EE
5	35	30	Casados	1	6º Ano	9º Ano	Montador de Móveis	Técnica de Venfas	EE
6	41	38	Casados	1	9º Ano	9º Ano	Serralheiro Mecânico (Inválido)	Operária Desempreg.	O
7	44	37	Casados	1	Lic.	Lic.	Professor	Professora	PTE
8	36	36	Casados	1	Lic.	Lic.	Professor	Dir. Financeira	EDL
9	43	38	Casados	3	12º Ano	9º Ano	Informático	Ama ao Domicilio	TIpl
10	29	32	União de facto	0	9º Ano	9º Ano	Operário de Maquinas Industriais	Empregada de Limpezas	AEpl

No que respeita á faixa etária das famílias de acolhimento, pode-se observar idades compreendidas ente os 28 e os 44 anos de idade, sendo os indivíduos do sexo feminino mais jovens que os do sexo masculino.

O Quadro 3 permite-nos observar que existe um predomínio de indivíduos casados entre os acolhedores (oito), registando-se apenas um caso onde o responsável pelo acolhimento é uma pessoa solteira e outro agregado que vive em união de facto.

No que diz respeito à estrutura das famílias, podem classificar-se do seguinte modo: nove famílias nucleares e uma família monoparental.

¹⁹ Aferido a partir do indicador socioprofissional individual (ispi), cruzado depois com o indicador socioprofissional familiar (isf) aplicando-se para tal a matriz de determinação de lugares de classe da autoria de António Firmino da Costa (1999).

Relativamente aos filhos, a dimensão da descendência dos casais situa-se entre nenhum e três filhos. A mencionar: cinco casais sem filhos; três casais com um filho; um casal com dois filhos e um casal com três filhos.

Ao nível das habilitações literárias, verifica-se que a maioria das famílias de acolhimento possui habilitações ao nível do ensino secundário, apenas em dois agregados ambos os cônjuges possuem habilitações escolares ao nível da licenciatura e um agregado em que apenas o elemento feminino possui uma licenciatura.

Um dos principais indicadores das condições sociais das famílias é aferido pela condição perante o trabalho (Costa, 1999). Exceptuando uma família em que o elemento do sexo masculino se encontra inválido e por isso não trabalha e a mulher que se encontra em casa para prestar cuidados ao marido, todos os indivíduos trabalham. Os indicadores socioprofissionais individuais mais altos (*ispi*) pertencem a três mulheres e a dois homens.

Quanto aos indicadores das categorias socioprofissionais das famílias (*ispf*) deste estudo, verifica-se que estas estão distribuídas por categorias sociais desde as consideradas melhor posicionadas, económica, cultural e socialmente (empresários dirigentes e profissionais liberais e profissionais técnicos e de enquadramento), passando pelas categorias “intermédias” (empregados executantes) até aos operários e assalariados (assalariados executantes pluriactivos operários e assalariados agrícolas), considerados como menos providos de recursos profissionais e escolares. Analisando os níveis socioprofissionais podemos classificar as dez famílias da seguinte forma: uma pertencente a Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (EDL), dois pertencentes ao grupo de Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE), três aos Empregados Executantes (EE), uma aos Operários (O), uma aos trabalhadores independentes pluriactivos (TIpl) e uma ao grupo de Assalariados Executantes pluriactivos (AEpl), (anexo II).

Resumindo, trata-se de uma família em que o casal tem uma média de trinta e cinco anos de idade, unidos através do casamento e com um filho biológico. Possuem habilitações ao nível do ensino secundário, desempenhando uma profissão regular e remunerada. Ressalta desta análise o nível de habilitações literárias e o nível sócioeconómico destas famílias sendo muito significativas as diferenças relativamente ao perfil das famílias de acolhimento tradicionais.

Um retrato singular

A família de acolhimento vive numa localidade rural pertencente ao concelho de Vila Nova de Famalicão para onde se mudaram á cerca de seis anos de forma a *deixar a confusão de Gaia para trás*. O casal de acolhedores, ela com 37 anos e ele com 44 anos, ambos professores no ensino secundário, têm uma filha biológica com 11 anos de idade tendo como grande motivação para o acolhimento “a vontade de ajudar”.

No passado da sua família sempre tiveram contacto com crianças pois na casa da família alargada a presença de crianças era muito frequente, justificando esse facto como a possível razão para “esta preocupação com a infância”. Sobressai, na história familiar deste casal, a imagem de um familiar que, no passado, ajudou muitas pessoas, mas que se prejudicou do ponto de vista material, sem se importar, sendo que não querem essa consequência para a sua família. Este casal dá muita importância à preservação da integridade da dinâmica familiar tendo reflectido muito antes da tomada de decisão de prosseguir com o projecto de acolher uma criança.

O objectivo desta família passou por poder possibilitar a uma criança, que nasceu num determinado meio desfavorecido, o mesmo acesso a determinados estímulos, experiências, sentimentos de paz e recursos materiais que tem a sua própria filha. Ao mesmo tempo esta criança seria uma companhia para a sua filha biológica.

Esta família acolhe uma criança do sexo feminino com onze anos de idade proveniente de um agregado familiar disfuncional e desestruturado em que ambos os progenitores apresentam problemas de consumo excessivo de bebidas alcoólicas sendo negligentes ao nível dos cuidados básicos, expondo a menor a modelos de comportamento desviantes, sendo também frequentes os maus-tratos psicológicos e físicos. Anteriormente a ser integrada na família de acolhimento a criança vivia com a sua meia-irmã e com a família materna que igualmente apresentava problemas de alcoolismo sendo tentado pela CPCJ de Vila Nova de Famalicão uma intervenção junto da família biológica, embora sem resultado.

As tarefas do quotidiano familiar, associadas às actividades da filha biológica, são repartidas entre o casal consoante o horário e a distância do local de trabalho e não consideram que seja um motivo gerador de conflito, existindo sempre consenso. Têm com a filha uma relação muito aberta, baseada na comunicação e respeito mútuo adequada à idade da menina. A filha do casal tem uma agenda semanal de actividades culturais muito preenchida. Desde piano, à catequese, “não tem um dia de folga”

A filha teve um papel muito importante na adaptação da criança e na aprendizagem das rotinas e regras do contexto familiar, “as regras foram sendo interiorizadas por ela, um bocado por imitação da rotina que tínhamos em casa e daquilo que já fazia a minha filha biológica. Ela por imitação também começou a interiorizar e agarrou naquilo que já estava predefinido”.

A família foi muito receptiva ao acolhimento da criança, pois consideram que vivem muito unidos e de uma forma muito partilhada querendo possibilitar esta oportunidade a quem já sofreu. A defesa dos direitos de “quem tem menos” é algo que acompanhou a educação de ambos.

Contudo a adaptação da filha biológica, como referem, “passou por duas fases (...) primeiro aceitou muito bem porque aquilo foi um projecto a três e ela estava também ansiosa que a irmã chegasse, depois veio a fase do ciúme porque era uma criança filha única durante nove anos e começou a sentir o espaço dela completamente invadido, o espaço físico e o espaço afectivo (...) passou uma fase um bocadinho complicada ate entender que há espaço para as duas, que não diminui mas que cabem lá as duas. Agora está numa fase que considero perfeitamente normal de irmãos (...)”.

A criança visita a família biológica por opção dela e sempre a seu pedido, apesar de nunca demonstrar vontade de ir ver a família biológica, no entanto a família de acolhimento ao estar consciente das características do acolhimento familiar tenta sempre incentivá-la a ir ver os seus pais biológicos, “o nosso maior receio é que um dia do nada ela seja devolvida à família biológica e que os laços estejam quebrados”. Relativamente à periodicidade das visitas à família biológica estas ocorrem de forma completamente irregular “já chegou a ser uma semana pai, uma semana mãe, porque os pais estão separados, já chegou a ser de quinze em quinze dias, já chegou a ser mês a mês, já chegou a ser só nas férias”. A preocupação é constante quando a criança está com a família biológica existindo muito “receio daquilo que possa acontecer durante a visita”.

Consideram ter sido importante conhecer o passado da criança e tudo o que pudessem saber sobre as suas características.

A criança está totalmente integrada na família de acolhimento, como seria de esperar, desenvolvendo um relacionamento em tudo semelhante à da filha biológica do casal “ela integrou-se muito bem e muito facilmente se adaptou à família (...) foi muito bem recebida e também aderiu muito bem aquilo que as pessoas lhe proporcionavam”.

Quanto aos modelos educativos da família de origem, deste casal, mantêm essa transmissão de valores na educação da filha e da criança acolhida e vêm a experiencia

do acolhimento familiar como contributo para tal, ao permitir que a filha aprenda a partilhar o seu espaço, a atenção dos pais, a ser tolerante e aprenda a lidar com a frustração quando perder em nome do carinho e solidariedade.

A criança acolhida não apresenta dificuldades no relacionamento com professores e colegas evidenciando apenas algumas dificuldades ao nível da concentração e aprendizagem em algumas disciplinas. Frequenta o 2º ano e o seu comportamento e resultados escolares desde que foi acolhida melhoraram em grande parte porque “em casa existe um esforço grande para a acompanhar na realização dos trabalhos de casa e ainda na possibilidade de lhe proporcionar outras aprendizagens, nomeadamente com recurso às TIC”. Para além da escola frequenta também actividades extra-curriculares “natação, artes plásticas e inglês”

Apesar de inicialmente a ideia ser a de acolher uma criança ao fim de semana encaram a temporalidade deste projecto como algo mais “reconfortante”, uma vez que permite “mais investimento e mais profundo” e por permitir à criança “mais resultados educativos”.

Referem que o melhor de serem uma família de acolhimento é “sentir o amor da criança acolhida”, contudo o lado menos positivo também é referido “lidar naturalmente com situações apresentadas pela criança e que foram vivenciadas por ela enquanto esteve na família biológica. É difícil dizer-lhe bem de alguém que não cuidou dela”. Afirmam também já ter pensado desistir do acolhimento “porque o sistema burocrático de tribunais e instituições é incompatível com a nossa vida familiar normal, a todo o tempo temos que prestar uma declaração ou ir ao tribunal e isto depois é um dever cívico que nos obriga a faltar ao nosso emprego e acho que não há apoio judicial capaz de tratar deste tipo de situações, eu acho que devia ser a instituição a tratar e nós só devíamos ter o papel de acolher mas não é assim que funciona em Portugal e a instituição mesmo que queira não pode ajudar nesse sentido”.

Integração e práticas das famílias de acolhimento

A fase de integração das crianças e jovens nas famílias de acolhimento é um momento extremamente sensível por parte da criança e dos vários membros da família de acolhimento.

Desta forma, importa agora compreender de que forma se processou a integração das crianças, quais as estratégias utilizadas pelas famílias e se existe uma relação entre a sua classe social e as suas práticas.

Quadro 3 – Nível de Integração das Crianças em Acolhimento

Nível de integração	Idade da Criança no momento do acolhimento	Família	ispf
Imediato	2 anos	2	PTE
	6 anos / 7 anos / 14 anos	3	AEpl
	8 anos / 6 anos	6	O
	5 anos	7	PTE
	8 anos / 5 anos	9	TIpl
	5 anos	10	AEpl
Progressivo	7 anos	4	EE
	4 anos / 5 anos	5	EE
Imperceptível	15 dias	1	EE
	6 meses	8	EDL

Como se pode observar através da análise do Quadro 3, a maioria das crianças integrou-se de forma imediata na família de acolhimento, exceptuando dois casos onde a integração foi feita de forma progressiva. Pode verificar-se que a idade das crianças no momento em que foram acolhidas não representa uma variável diferenciadora no que respeita ao nível de integração nas famílias de acolhimento. Nas palavras das famílias entrevistadas:

Integração Imediata

Foi ótima. Quando nos viu a primeira vez o Afonso atravessou a rua a correr para nos abraçar.

Família 2

O Cláudio já é grandinho, já é crescido, tem 14 anos já tinha noção da situação, chorou, nos primeiros dias ficou bastante apreensivo mas integrou-se bem (...). A Liliana adaptou-se melhor porque tinha o irmão, também a idade era diferente, não tinha tanta noção da realidade.

Família 3

Muito bem. Fiz-lhes uma pequena festinha de boas vindas, convidei as crianças com quem eles iam lidar todos os dias, a minha irmã também toma conta de crianças, foi bem não houve problemas, só ela é que chorou um bocadinho á noite mas lá se resolveu.

Família 6

Ela integrou-se muito bem e muito facilmente se adaptou à minha família, reduzida e alargada (...)

Família 7

Estavam super alegres, super contentes porque sabiam que vinham para um sítio melhor.

Família 9

Deu-se logo bem connosco, apesar de estar um bocadinho triste.

Família 10

Integração Progressiva

A Suze estava com muito medo para onde vinha (...), estava com muito medo, estava quase em pânico de não saber para onde vinha. Isso só se foi conseguindo mudar com o tempo, conforme o tempo foi passando e teve de ter muitos cuidados de toda a gente.

Família 4

Nos primeiros dias tinham vergonha de pedir as coisas ou de falar (...). Nós é que tínhamos de ver aquilo que elas, no fundo, precisavam porque elas não falavam, não se sentiam muito á vontade, então não falavam connosco (...) hoje em dia isso já não acontece!

Família 5

A partir da análise das entrevistas foi possível distinguir duas fases de integração dos menores.

Num primeiro momento, ainda que as crianças apresentem certas dificuldades, a família é mais tolerante e a criança tenta adaptar-se à nova situação fazendo um esforço para contrariar as situações angustiantes que viveu e que está a viver perante esta separação.

Eles sentiram-se bem... fizeram a vida deles, com algumas resistências, portanto hoje vão ao frigorífico abrem a porta e tiram o que querem, já sabem os sítios das coisas. Nos primeiros dias éramos nós que lhes dávamos que eles não se sentiam á vontade de ir e pegar.

Família 3

Sentiam-se protegidas... tinham era vergonha de pedir as coisas ou de falar (...) nós é que tínhamos de ver aquilo que elas, no fundo, precisavam porque não falavam, não se sentiam muito á vontade, então não falavam connosco. Não reagiram mal connosco mas também não exteriorizaram nem mesmo aquilo que precisavam.

Família 5

Ela bem sentia-se bem porque tinha coisas que nunca tinha tido mas é assim é um ser humano tem saudades e muito mais uma criança da idade dela... havia momentos que ela estava triste e eu dirigia-me a ela conversava com ela e ela voltava a ficar um bocadinho mais contente.

Família 10

Num segundo momento, as manifestações de uma falta de vinculação são reduzidas pelo esforço de acomodação mútua da criança e da família de acolhimento. Juntamente com as reacções próprias do processo de separação, as crianças ou adolescentes apresentam determinados problemas fruto das suas experiências anteriores.

No segundo dia, o Cláudio, disse-me que queria fugir, (...) passados dois dias disse-me outra vez “quando não estiveres aqui vou fugir” e eu disse-lhe “vai, eu não quero aqui ninguém contrariado, ...só que se saíres daquele portão para fora não voltas” e então ele disse “e tu achas que eu ia fugir? Nem penses!

Família 3

A primeira vez que lhe dei um não... foi com comida e foi relativamente ao exagero... porque ela nunca tinha comido certas coisas e então aproveitava-se dessa altura para comer em demasia e a primeira vez que lhe chamei a atenção (...) na altura ela não disse nada mas por trás foi dizer que eu a deixava passar fome, o que me deixou bastante magoada.

Família 4

Organização familiar e integração da criança

Ao longo das entrevistas as famílias vão caracterizando o modo de organização das suas famílias, descrevendo o modo como os menores acolhidos se foram adaptando à mesma e de como se foi modificando ao longo da sua permanência nas famílias de acolhimento. É possível organizar o discurso em duas dimensões que se vão relacionando em vários momentos: as regras e a escola.

Uma das primeiras ideias que sobressai da análise das entrevistas às famílias de acolhimento, reforça o facto da vida quotidiana dos jovens ser muito organizada e controlada nos seus vários momentos: *horários de levantar e deitar, higiene, alimentação, estudos e tarefas.*

De modo a facilitar a compreensão acerca da maneira como se organizam as famílias de acolhimento, definiram-se três estilos de organização familiar, tendo por base as descrições feitas pelas mesmas. As regras são apresentadas aos jovens quando assim que estes integram as famílias de acolhimento, ou vão tomando conhecimento delas ao ritmo que se vão integrando no quotidiano das famílias:

Agente apresentou-os à família, mostramos-lhe a casa, o quarto e dissemos logo no início quais eram as regras, não é?

Família 9

ela sabe que tem de organizar as coisas dela, (...) tem de saber exactamente que tem de lavar as mãos que tem de fazer a sua higiene sem ser preciso estarmos sempre a chamar a tenção e ajuda nas tarefas de casa (...) não poder haver brinquedos para levar (para a escola), não pode haver recados na caderneta para casa por desconcentrações, porque senão vai ser penalizada (...) nos lanches também que é também não levar só guloseimas que ela por ela esta habituada a comer só guloseimas e levar também um lanche equilibrado.

Família 7

durante o tempo de aulas têm um horário para se deitar. Por exemplo é proibido telemóveis á mesa. Têm que no final do almoço ou do jantar ir lavar os dentes porque senão depois passa.

Família 3

As regras que agente exige para a escola é que se alimente bastante bem, que obedeça aos professores na escola e isso é muito importante.

Família 10

No discurso de algumas famílias de acolhimento parece ter havido algum investimento em estabelecer canais de comunicação com as crianças e jovens em relação às regras. Estes momentos são assinalados como momentos muito positivos onde se reforçam laços e a organização dentro da família:

Houve tempo para dizer como é que as coisas funcionavam em casa. Como é que teria de ser, como é que ela teria de reagir e depois ela própria foi vendo quais os limites de cada um de nós. Ela foi testando até ver onde podia ir e ela sabe que se passar do limite alguém lhe abre os olhos.

Família 4

Existem ainda os casos de duas famílias que apresentam pouca flexibilidade, não existindo nenhuma margem de negociação entre os jovens acolhidos e os acolhedores para a discussão das regras:

não lhes dei esse espaço porque os meus filhos já tinham estas regras. Se for a discutir horários em tempo de escola, por exemplo, nunca querem ir para a cama cedo. Há coisas que não podem ser discutidas, não é? Têm de ser impostas mas é para bem deles.

Família 3

Obrigo-as a fazer o que mandei (...) faziam com vontade ou sem ela, tendo sempre de fazer o que se manda (...) a idade delas não lhes permite tomar algumas decisões.

Família 5

Sou exigente comigo e com os outros, a Márcia tem de cumprir as regras assim como eu cumpro a Márcia sabe que tem de cumprir as regras e não há discussão possível.

Família 10

Outras famílias revelam a importância da existência dos filhos biológicos como um factor importante para a aceitação das regras por parte dos menores acolhidos:

Eles começaram a ver o meu filho a fazer e começaram a fazer o mesmo.

Família 6

Eu acho que essas regras foram sendo interiorizadas por ela, um bocado por imitação já da rotina que tínhamos em casa e daquilo que já fazia a minha filha biológica.

Família 7

Eles seguiram o Joel e a Tiffany, seguiram os meus filho e entre eles se eles faziam, eles também tinham de fazer, não havia muita confusão porque o Carlinhos seguia o Joel o meu Joel e o Nelson a Tiffany.

Família 9

Concluindo este ponto e a partir da análise realizada definiram-se três tipos de práticas que caracterizam estas famílias, relativamente às regras:

Quadro 4 – Formas de Organização Familiar

Estilos	Famílias	Ispf
Autoritário	3	AEpl
Marcado por elevados níveis de controlo e exigências e baixos níveis de comunicação e afecto explícito	5	EE
	10	EE
Democrático	4	EE
Caracterizado por elevados níveis de comunicação e afecto, bem como de exigências	7	PTE
	9	TIpl
Permissivo	6	O
Apresenta um alto nível de comunicação e afecto, mas um baixo nível de controlo e exigências		

A pertença social a uma determinada classe é um factor importante em matéria educativa. Por exemplo, no caso de duas famílias de Empregados Executantes (EE), tendem a guiar-se por valores educativos mais rígidos privilegiando-se o respeito pela autoridade e o alinhamento perante as normas, relativamente ainda à família pertencente à classe Operária (O), caracteriza-se por um elevado nível de comunicação e afecto entre os pais de acolhimento com as crianças acolhidas, apesar de existir um baixo nível de controlo e exigências. Por oposição as classes mais altas, PTE e EDL e uma família de EE não hesitam em educar os seus filhos apelando ao desenvolvimento do espírito de iniciativa e de criatividade.

Educação e Acolhimento Familiar

A educação deve ser entendida como uma prioridade no acolhimento familiar, devendo as famílias de acolhimento proporcionar um bom ambiente educacional, capaz de satisfazer as necessidades educativas da criança e o desenvolvimento das capacidades e competências indispensáveis para a vida adulta²⁰.

Importa destacar que todas as sociedades continuam a confiar, prioritariamente, a tarefa educativa à família, ou seja, o conjunto de acções que os agentes sociais desenvolvem no sentido de integrarem a criança sob o ponto de vista social.

Esta realidade não significa, no entanto, que existe apenas um modelo padrão de educação intrafamiliar, ou de modelos uniformes, no interior deste ou daquele grupo social. Há uma realidade mais profunda que se mantém: a da distinção entre os vários grupos sociais. Este facto leva J. Kellerhals e C. Montadon a falar da diferenciação de *estratégias educativas da família*, sempre que se pensa esta problemática correlacionando-a com a pertença social. Segundo estes autores os estilos educativos estão, hoje, associados às características estruturais da família, mas também à dinâmica das interações familiares.

Pretende-se agora, compreender se as famílias de acolhimento que fizeram parte desta investigação têm práticas educativas semelhantes ou se variáveis como a classe social, ou a estrutura e dinâmica familiar podem produzir praticas diferenciadas.

Todas as famílias entrevistadas que acolhem crianças em idade escolar referem as dificuldades de aprendizagem e os problemas comportamentais²¹ que caracterizam muitas delas e que se manifestam naturalmente no espaço escolar como resultado dos efeitos de longa duração das experiências de negligência vivenciadas no seu contexto familiar de origem, comprometendo os resultados escolares, como se pode verificar através da análise do discurso das famílias de acolhimento:

²⁰ O Decreto-Lei 11/08, de 17 de Janeiro estabelece na alínea b) do seu art. 21º que constitui obrigação dos acolhedores *orientar e educar a criança ou jovem com diligência e afectividade, contribuindo para o seu desenvolvimento integral*.

²¹ De acordo com alguns autores são múltiplas as razões para os maus resultados escolares das crianças acolhidas, com um insucesso e fracasso escolares acima da média e que se agrava no momento que se passa do 1º ciclo de ensino para os seguintes (Berridge, 1997; Jackson & Sachdev, 2001). Estas dificuldades podem ser explicadas, em parte, pela necessidade que as crianças ou jovens têm de conciliar as dificuldades da sua vida pessoal e familiar, com a retirada da sua família biológica e os desafios que essa mudança coloca com a adaptação a um novo espaço e, muitas vezes, a uma nova escola (The Fostering Network and Karim,2003).

De vez em quando elas se esquecem um bocadinho das regras e quando se esquecem das regras batem nos colegas. (...) tem mais dificuldade de aprendizagem (...) não consegue acompanhar o ritmo das outras crianças na aprendizagem.

Família 5

Não quer estudar e a dificuldade em estar atenta, prefere brincar (...) não quer estudar. Ele é distraído por natureza...

Família 6

Dificuldades de concentração e aprendizagem em algumas áreas.

Família 7

A discriminação é referida por duas famílias de acolhimento como a principal dificuldade das crianças acolhidas na escola:

Como serão aceites pelos novos amigos e pelos professores

Família 3

No início sentia dificuldades na maneira como as crianças agiam com ela pois chamavam-lhe cigana e ela não gostava, mas ao fim de duas ou três semanas já não tinha qualquer tipo de dificuldade

Família 4

Importa destacar a evolução escolar que as crianças revelam ao longo do acolhimento nestas famílias, sendo que todas as famílias referem uma melhoria quer ao nível do comportamento, quer ao nível dos resultados escolares das crianças e jovens acolhidos.

Procurou-se saber o motivo dessa evolução e as respostas apontam para o *bem-estar, para o acompanhamento, para as exigências e para o interesse no percurso escolar, para a atenção prestada pelas famílias, para a integração no espaço escolar e para frequência regular da escola*. Como referem Jackson & Sachdev a grande maioria das crianças acolhidas tem uma inteligência normal. Muitas delas precisam de um apoio adicional para progredirem na escola e conseguem progredir o suficiente para alcançarem os seus colegas de turma (Jackson & Sachdev, 2001).

Antes de serem acolhidos não frequentavam a escola assiduamente, agora vão á escola diariamente

Família 3

É preciso estar sistematicamente a lembrar-lhe da escola e a colocar-lhe trabalhos, mesmo que ela não tenha, que a professora não tenha mandado, mesmo aos fins-de-semana, nem que sejam três contas de mais ou três contas de menos para ela fazer e não perder o hábito

Família 4

Quando elas trazem trabalhos de casa nós procuramos ajudar naquilo que podemos

Família 5

Sento-me á beira deles e vamos trabalhar. À Sofia tentei explicar-lhe como é que se estudava, se ela não consegue decorar se se distrai a ler, escreve as coisas no caderno e tenta decorar (...) com o André também tentei, o André é preguiça a Sofia não quis mesmo, são poucas as vezes que ela diz que quer estudar

Família 6

Em casa existe um esforço grande para acompanhar a criança na realização dos trabalhos de casa e ainda na possibilidade de lhe proporcionar outras aprendizagens, nomeadamente com recurso às TIC.

Família 7

Tentamos sempre em casa criar um horário, uns minutos, para ela fazer as coisas da escola, ou desenhos, prontos... onde tentamos exigir que ela esteja concentrada...que é a principal dificuldade dela.

Família 10

Desta forma, a escolarização dos menores acolhidos é objecto de preocupação e investimento das famílias que os acolhem, porque sabem que a escola pode proporcionar a estas crianças trajectos de mobilidade ascendente e melhores condições de integração social no futuro das crianças e jovens acolhidos, não existindo diferenças entre as diferentes classes a que pertencem as famílias de acolhimento.

Relativamente às actividades é importante destacar que a maioria das crianças não participa em actividades educativas ou de lazer fora da escola, sendo as actividades que participam relacionadas com as actividades escolares *artes plásticas, inglês, TIC, desporto (futebol)*. Apenas três crianças acolhidas participam em actividades educativas ou de lazer fora da escola, relacionadas com actividades desportivas “*natação*” ou culturais “*música*”, surgindo ainda uma referência à participação em grupos juvenis *catequese*.

Importa destacar que as duas crianças que se encontram integradas em actividades, tais como a natação e a música, são acolhidas por famílias pertencentes às classes mais altas das famílias entrevistadas (PTE). A criança que frequenta a catequese está acolhida na família de classe mais popular (O) do conjunto dos entrevistados.

Existem ainda cinco crianças que não participam em nenhum tipo de actividade, quer seja integrado nas actividades extra-curriculares ou fora da escola. De salientar que estas actividades educativas ou de lazer podem constituir um importante espaço de integração no seu contexto de vida e na comunidade envolvente (Gilligan, 2000; Jackson & Sachdev, 2001).

Divisão das tarefas domésticas e dos cuidados às crianças

Na situação específica das famílias estudadas importa saber como é dividido o trabalho doméstico, em que tarefas, que outras ajudas existem, nomeadamente exteriores à família, remuneradas ou não. Para melhor compreendermos as práticas da divisão, analisamos as tarefas que são realizadas diariamente ou com maior frequência, mencionadas pelas famílias: idas ao médico, levar e ir buscar à escola, impor regras e educar, reconfortar e dar mimos à criança e tratar da casa.

Quadro 5 – Repartição das tarefas domésticas e cuidados às crianças

Ispf	Família	Levar ao médico	Levar e ir buscar à escola	Impor regras/educar	Reconfortar e dar mimos à criança	Tratar da casa
EDL	8	Mãe	Ambos	Ambos	Ambos	Empregada
PTE	2	Mãe	Mãe	Pai	Mãe	Mãe
	7	Ambos	Ambos	Ambos	Mãe	Empregada
EE	1	Mãe	Mãe	Mãe	Mãe	Mãe
	4	Ambos	Mãe	Mãe	Ambos	Mãe
	5	Mãe	Mãe	Mãe	Mãe	Mãe
Aepl	10	Ambos	Pai	Ambos	Ambos	Mãe
	3	Mãe	Mãe	Ambos	Mãe	Mãe
TIpl	9	Mãe	Mãe	Ambos	Mãe	Mãe
O	6	Mãe	Mãe	Ambos	Ambos	Mãe

Relativamente à análise do Quadro 5 concluímos em primeiro lugar que os cuidados às crianças (acolhidas e filhos biológicos) estão na sua maioria centrados na mãe.

Esta análise encontra semelhanças entre outros estudos (Guerreiro e Perista, 1999 e Perista, 2002) que comparam a frequência da participação nos cuidados regulares às crianças entre homens e mulheres que trabalham. As diferenças de género são evidentes: os cuidados básicos são assegurados sempre ou com frequência por uma percentagem elevada de mulheres enquanto os homens têm uma participação pouco significativa. Referem também que a participação dos homens apenas ganha maior expressão relativa, num conjunto restrito de tarefas de carácter menos rotineiro e mais relacional.

Redes sociais de apoio – a família e os amigos

No plano das solidariedades a família representa a esfera da expressividade dos laços afectivos onde as ajudas servem para solidificar as redes de parentesco. Desta forma, nesta investigação pretende-se compreender de que forma o acolhimento de uma criança ou jovem sem laços de parentesco com as famílias entrevistadas poderia justificar uma maior fluidez nas ajudas e solidariedades familiares. Neste capítulo, referente ao estudo das *redes sociais de apoio*, pretende-se verificar a importância destas redes no processo de acolhimento familiar e se as famílias de acolhimento recebem no seu quotidiano as ajudas e os apoios que necessitam das redes familiares e amigos.

Estudos recentes sobre a rede de parentesco (Vasconcelos, 2002 e 2005) põem em causa as teses funcionalistas de Durkeim e de Parsons sobre o isolamento da família nuclear em relação à família alargada e demonstram que as relações de parentesco e as suas modalidades sociais e geracionais continuam presentes no quotidiano de muitas famílias.

Quadro 6 – Ajudas prestadas por familiares e amigos

Tipos de Ajuda	Família	Amigos
Tomar conta das crianças	8	1
Levar ou ir buscar as crianças à escola	7	1
Passar os tempos livres (brincar, passear)	5	1
Ajudas esporádicas	1	0

Relativamente às famílias em estudo verifica-se que as redes de entreajuda são na maioria redes de parentesco. A maioria das famílias de acolhimento afirma que tem grande ajuda dos familiares, referindo que as formas mais comuns de ajuda são prestadas através de tarefas ocasionais, tais como tomar conta das crianças, de ir levar ou ir buscar as crianças à escola e nos passeios e brincadeiras.

A minha mãe e o meu pai e o meu namorado é que têm sido o meu grande apoio e a minha grande ajuda. A Maria João é muito pequenina e não anda na creche, ficam os meus pais a tomar conta dela, enquanto estou no trabalho e depois quando saíu vou lá buscá-la.

Família 1

A nossa família em relação a tomar conta dele... ajudam-nos em tudo desde as brincadeiras e passeios até ficar com ele quando precisamos, eles ajudam.

Família 2

Tenho apoio de toda a gente, familiares, amigos sempre que nós precisamos, seja á hora que for eles, estão disponíveis, claro que em família as coisas são diferentes porque são da família. A instituição também tem um número SOS caso aconteça qualquer coisa, estão sempre disponíveis e o acompanhamento, tanto às crianças como a nós é formidável.

Família 3

Dos familiares, claro, dos meus pais. Em todos os sentidos... Aliás eu só decidi ser família de acolhimento porque a minha retaguarda familiar assim o permitiu. A minha mãe deixa-as na escola de manha, vai busca-las, em casa tomam conta delas até á hora que nós as pudemos ir buscar. A nível de ajuda de tarefas não, nesse aspecto não tenho ajuda mas tenho no restante.

Família 5

Nós recebemos apoio por parte de toda a gente desde o meu patrão, os meus pais, os meus sogros, os meus cunhados por ai fora (...) mas sobretudo apoio da parte da família, as vezes é preciso ir buscar ou levá-la à escola, ou tomar conta dele nalguma situação em que eu ou a Sandra não pudemos.

Família 10

No conjunto das famílias entrevistadas duas famílias referem que não recorrem frequentemente às ajudas familiares. Sendo um dos casos uma família em que ambos os membros do agregado de acolhimento estão desempregados, um por invalidez e a mulher para prestar os cuidados ao marido refere que

Como estou em casa, porque tenho o meu marido inválido raramente recorro á minha família, só quando preciso mesmo, que tenha de ir com ele ao hospital.

Família 6

Outro caso em que o casal prefere partilhar as tarefas relacionadas com a criança:

Sei que se precisar posso contar com a ajuda da família, dos meus sogros da minha mãe, normalmente durante as férias da escola da Suze, mas durante o período de aulas normal sou eu e o meu marido que, entre a nossa disponibilidade, vemos quem pode ir levar ou ir buscar a Suze à escola, enquanto não a vamos buscar ela fica no ATL.

Família 4

A maioria das famílias afirma não ter apoio dos amigos. Questionados sobre o que poderia motivar esta ausência de solidariedade, referem na maioria dos casos que não pedem ajuda porque não precisam, devido ao suporte familiar, mas também para não causar incómodo, uma vez que estas crianças têm muitos problemas de comportamento e seria muito cansativo tomar conta deles, por outro lado referem também a falta de disponibilidade dos amigos que *têm a vida deles*. Não sendo comum, as famílias que contam com o apoio dos amigos, referem que estas ajudas são feitas nas saídas de grupo, um caso na tarefa partilhada de ir levar as crianças para a escola e no terceiro caso no tomar conta da criança acolhida.

Temos uma amiga que é educadora de infância que muitas vezes fica a tomar conta da Maria João, como os meus horários e do meu marido são muito irregulares recorremos muitas vezes a ela, tem uma filha e é fácil porque ficam as duas a brincar uma com a outra.

Família 7

Foram familiares, os meus pais e os meus sogros apoiaram-nos muito ao tomarem conta do Ricardo, porque ambos trabalhamos, os amigos também (...) eu tinha a cama da Marta em casa do meu irmão mas tinha uma colega que fazia tanta questão que tive de aceitar a cama da filha dela (risos) ... até mesmo quando fazemos saídas com o nosso grupo eles ajudam-nos com o Ricardo.

Família 8

Tenho um vizinho, meu amigo, que os leva à escola quando eu e o meu marido não podemos, outras vezes para compensar, levo eu os meninos e os filhos dele

Família 9

Pode-se concluir que as ajudas dos amigos são pouco frequentes mas também pouco solicitadas pelas famílias de acolhimento.

Relativamente ao lado predominante da rede familiar de solidariedade, questionou-se as famílias de acolhimento sobre quem mais presta os apoios ou a quem as famílias recorrem quando precisam de ajuda com as crianças acolhidas.

Quadro 7 – Lateralização das redes de Apoio

Lateralização	Quem ajuda	Famílias	ispf
Família da Mulher	Mãe	1	EE
	Mãe	10	AEpl
	Irmã	6	O
	Mãe	5	EE
Família do Homem	Irmã	3	AEpl
Família de ambos	Pais	2	PTE
	Pais	7	PTE
	Pais e Irmãs	8	EDL
Não tem ajudas familiares	Cônjuge	4	EE
	Vizinho	9	TIpl

Nestas famílias, as redes também são de parentesco intergeracional directo feminizadas, lateralizadas pelo lado da mulher e com a presença das mulheres na maior parte das prestações de apoio. As redes de entreaajuda são uma ordem de género onde o parentesco actua como uma base criadora de desigualdades entre os géneros e em que as prestações dadas por homens e por mulheres não são equivalentes. Observando o Quadro 4, verifica-se que tal como em outros estudos (Portugal, 1995 e Vasconcelos, 2005), são as mães e as irmãs das famílias entrevistadas as figuras centrais das entreaajudas.

Se considerarmos a lateralização das redes de apoio por grupos socioprofissionais podemos dizer que existe maior disponibilidade nas famílias pertencentes às “classes altas”, nomeadamente as categorias dos Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE) e Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (EDL), uma vez que estas conseguem contar com o apoio proveniente tanto do lado da família da mulher como do lado da família do homem. Relativamente às classes “médias e populares”, Empregados Executantes (EE), Operários (O) e Assalariados Executantes Pluriactivos, verifica-se que a ajuda é prestada apenas pelo elemento da família da mulher, normalmente as mães.

Existe ainda o caso de uma família que não recebe ajudas de outros familiares e por isso recorre aos elementos da vizinhança, quando é possível, para resolverem algumas situações quotidianas relacionadas com as crianças. Para terminar esta análise importa ainda salientar outra característica importante nestas redes que é a aproximação geográfica que por vezes privilegia as famílias de acolhimento a nível dos apoios da guarda das crianças.

Considerações Finais

Esta modesta investigação exploratória que teve como objectivo a análise das práticas e representações das famílias de acolhimento, foi orientada por uma questão que surgiu logo nos primeiros momentos da investigação: *o que pensam e como se organizam as famílias que acolhem crianças e jovens, com os quais não têm nenhuma relação de parentesco*. A pertinência e a intenção de compreender as famílias, relativamente às suas práticas e representações, bem como a forma de transpor os problemas que despontam no decorrer do quotidiano, dentro e fora da esfera familiar, suscitaram também o interesse pelas trajectórias vividas pelos pais.

O objecto de estudo formulado em torno do acolhimento familiar, de criança e jovens, por parte de famílias, numa abordagem centrada em várias dimensões, permitiu-nos melhor compreender esta realidade social. Assim, foi possível perceber quais as principais características destas famílias e o que as tornam sensíveis ao acolhimento de menores, os seus modos de organização e o processo de integração das crianças e jovens acolhidos. Foi ainda foco de análise, conhecer as modalidades da rede de parentesco e de que outras redes de apoio que as famílias se podem socorrer. Todas as situações dentro desta problemática que podem subordinar a família a um esforço suplementar e transformá-la, tornaram-se um desafio aliciante.

Correndo o risco de se tornar repetitivo em relação ao que já foi dito na análise, importa agora resumir as conclusões, dimensão por dimensão.

De forma geral, trata-se de famílias em que o casal tem uma média de trinta e cinco anos de idade, unidos através do casamento e com um filho biológico. Possuem habilitações ao nível do ensino secundário, desempenhando uma profissão regular e remunerada.

Uma das primeiras ideias que sobressai da análise das entrevistas às famílias de acolhimento, reforça o facto de a vida quotidiana dos jovens ser muito organizada e controlada nos seus vários momentos: *horários de levantar e deitar, higiene, alimentação, estudos e tarefas*. Foi neste sentido elaborada uma tipologia relativamente às práticas de integração das crianças e jovens – *autoritário, democrático e permissivo* – sendo evidente neste ponto a diferença entre as diferentes classes sociais. Ainda neste ponto e relativamente à educação percebe-se o grande investimento das famílias de acolhimento na educação dos menores acolhidos, sendo notórios os progressos, a nível escolar, dos mesmos após o acolhimento.

No que diz respeito à *organização do quotidiano doméstico*, tal como já foi constatado noutros estudos (Guerreiro e Perista, 1999 e Perista, 2002), também nestas famílias, os cuidados regulares às crianças são asseguradas sempre ou com frequência por uma grande percentagem de mulheres. As tarefas relacionadas com os cuidados ao filho, que implicam um trabalho mais físico e rotineiro são assumidas pelas mulheres. Para atenuar o excesso de trabalho (Wall e Guerreiro, 2005) as mulheres de classes mais favorecidas recorrem a ajudas remuneradas (empregada doméstica), enquanto as de níveis socioeconómicos mais baixos, se apoiam nas outras mulheres do grupo doméstico delegando determinadas tarefas sob a forma de trabalho familiar não pago.

No que se refere às *redes sociais de apoio*, os entrevistados mencionam que no quotidiano sentem necessidade de colaboração nas tarefas com as crianças acolhidas. Caracterizando sinteticamente as redes de apoio familiar, das famílias entrevistadas, relativamente à sua topologia, conclui que são preponderantemente redes de parentesco intergeracional directo, vindas do lado matriarcal e feminizadas. A maior parte das famílias, referem que as ajudas que mais recebem dos familiares são para ficar com o filho, quando necessário, levá-lo de/ou para a escola, ou, ainda, para lhe prestar alguns cuidados e passear.

As que têm ajudas dos amigos mencionam que estas são pouco significativas, esporádicas e cingem-se a práticas mais ligeiras, como ir passear e ficar com o filho em curtos espaços de tempo.

Relativamente à lateralização das ajudas estas ocorrem maioritariamente da parte da família da mulher. A mãe e as irmãs são as figuras centrais, confirmando-se também nestas famílias que as redes de parentesco intergeracional são preponderantemente femininas, constatando-se (Vasconcelos, 2005) uma desigualdade de género, criada pelo desequilíbrio das prestações dadas por ambos os sexos em que as mulheres são as grandes mediadoras entre os grupos domésticos e a parentela. Evidencia-se o facto de as famílias que pertencem à categoria socioprofissional mais elevada serem mais favorecidas pelas ajudas do parentesco, apoiando-se ora na família do lado materno, ora na família do lado paterno.

Bibliografia

ALBARELLO, Luc et al. (Ed.), *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva

ALMEIDA, J. *Ferreira (coord.)*, (1995), *Introdução á Sociologia*, Lisboa, Universidade Aberta

ALMEIDA, Ana Nunes, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres e Karin Wal (1998), *Relações Familiares: Mudança e Diversidade in Portugal, que Modernidade?*, José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (org.), Oeiras, Celta Editora

ALMEIDA, Ana Nunes de, Maria das Dores Guerreiro (1993), *A Família in Portugal, Valores Europeus, Identidades Culturais*, Luis de França (coord.) Lisboa, IED

ALMEIDA, Ana Nunes, ANDRÉ, Isabel Margarida e ALMEIDA, Helena Nunes, (1999), *Famílias e Maus Tratos às Crianças em Portugal*, Relatório Final, Lisboa, Assembleia da República

BERGER, M. (1998), *A criança e o sofrimento da separação*, Lisboa: CLIMEPSI Editores

BERRIDGE, D. (2001), *Foster Families*, in P. Foley, J. Roche, & S. Tucker (Eds.), *Children in Society*, New York, Hampshire, pp. 169-116

CALHEIROS, M., FORNELOS, M., & DINIS, J. (1993). Portugal, in M. Colton, & W. Hellinckx (Eds.), *Child Care in the EC*, Aldershot, Arena, pp.177-194

CALHEIROS, Manuela, MONTEIRO, Maria Benedita, (2000), *Mau trato e negligência parental: contributos para a definição social dos conceitos*, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, Dezembro de 2000, nº 34, Oeiras, Celta Editora

CAPDEVILA, C. (1996), *Acogimiento Familiar, un Medio de Protección Infantil*, in J. Ochotorena, e M. Madariaga (Eds.), *Manual de protección infantil*, Barcelona, Masson, pp.359-392

CARTRY, J. (2003), Famílias de acolhimento, famílias de origem: um mínimo de aliança, in G. Bléandonu (Coord.), *Apoio terapêutico aos pais* Lisboa, Climepsi, pp. 115-124

CASAS, F. (1998), *Infancia: perspectivas psicosociales*, Barcelona, Paidós

COLEN, M^a. Gabriela, *et al*, (2005), *Trajectórias de Vida das Crianças e Jovens saídos dos Lares da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, p. 21

COLTON, M., & WILLIAMS, M. (1997), Overview and conclusions in M. Colton, & M. Williams (Eds.), *The World of Foster Care: an international sourcebook on foster family care systems* Aldershot, Arena, pp. 285-296

CORSARO, A. William, (1997), *The Sociology of Childhood*, California, Pine Forge Press

COSTA, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora

COSTA, António Firmino da (1986), A pesquisa de terreno em sociologia in *Metodologia das Ciências Sociais*, A. Santos Silva e J. Madureira Pinto (org), Porto, Edições Afrontamento

GUERREIRO, Maria das Dores (2000), *Conciliação entre Vida Profissional e Vida Familiar*, Apresentação in Comissão de Coordenação do Fundo Social Europeu, *Conciliação entre a Vida Profissional e Familiar*

GUERREIRO, Maria das Dores e Heloisa Perista (1999), Trabalho e Família in *Inquérito à ocupação do tempo*, INE, Lisboa, pp. 77-87

HELLINCKX, W., & COLTON, M. (1993), Residential and foster care in the EC, in M. Colton, & W. Hellinckx (Eds.), *Child Care in the EC* (pp. 232-252), Aldershot, Arena

JACKSON, S. & SACHDEV, D. (2001), *Better education, better futures: Research, practice and the views of young people in public care*, Ilford, Barnardo's

JAMES, Allison, PROUT, Alan, (eds), (1997), *Constructing and Reconstructing Childhood – Contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood*, London, RoutledgeFalmer

JAMES, Allison, JENKS, Chris, PROUT, Alan (1998), *Theorizing Childhood*, Cambridge, Polity Press

KELLERHALS, Jean et al. (1982), *Mariages au Quotidien, Inégalités Sociales, Tensions Culturels et Organisation Familiale*, Lousanne, Ed. Pierre Marcel Favre

KELLERHALS, Jean et al. (2002), *Linguagens do parentesco: lógicas de construção identitária* in *Análise Social* N° 163, ICS, Lisboa, pp.545-568

KELLY, G. & GILLIGAN, R. (eds), *Issues in foster care*, pp. 40-58. London: Jessica Kingsley

MARTINS, P. Cristina, (2003), *O acolhimento familiar como resposta de protecção à criança sem suporte familiar adequado*, tese de doutoramento, Instituto de Estudos da Criança — Universidade do Minho

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA e MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE (1999), *Reforma do Direito de Menores*. Lisboa: Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e da Solidariedade

PENHA, M. Teresa, (1996), *Crianças em Risco*, Direcção Geral da Acção Social, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação p. 11

PORTUGAL, Sílvia (1995), *As mãos que embalam o berço - um estudo sobre redes informais de apoio à maternidade* in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 42, pp. 155-175

QUIVY, Raymond e Luc Van Compenhoudt (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva Publicações, Lda

QVORTRUP, Jens et al. (1994), *Childhood Matters – Social Theory, Practice and Politics*, Avebury, Ashgate Publishing Limited

RIPOL-MILLET, A, & RUBIOL, G. (1990) *El acogimiento familiar*, Madrid, Ministério de Asuntos Sociales

SEGALEN, Martine (1999), *Sociologia da Família*, Lisboa, Terramar

TORRES, Anália Cardoso (2001), *Sociologia do Casamento. A Família e a Questão Feminina*, Oeiras, Celta Editora

TORRES, Anália Cardoso (1996). *Aumento do Divórcio, mudanças na Família e Transformações Sociais* in Actas dos V Cursos Internacionais de Verão de Cascais, Vol. 4, pp 71-94

TRIBUNA, F., & RELVAS, A. (2002), Famílias de Acolhimento e Vinculação na Adolescência, in A. Relvas, & M. Alarcão (Coords.), *Novas Formas de Família* Coimbra: Quarteto, pp. 53-119

VALA, Jorge (2000) Representações Sociais e Psicologia Social do Conhecimento Quotidiano, in VALA, Jorge (2000) *Psicologia Social*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

VASCONCELOS, Pedro (2005), *Redes Sociais de Apoio* in Famílias em Portugal, Karin Wall (org.), ICS, Lisboa, pp.599-631

Outras Referencias

<http://www.mundosdevida.pt/>

<http://www.cnpcjr.pt/>

http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=313&m=PDF

http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=1227&m=PDF

http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=478&m=PDF

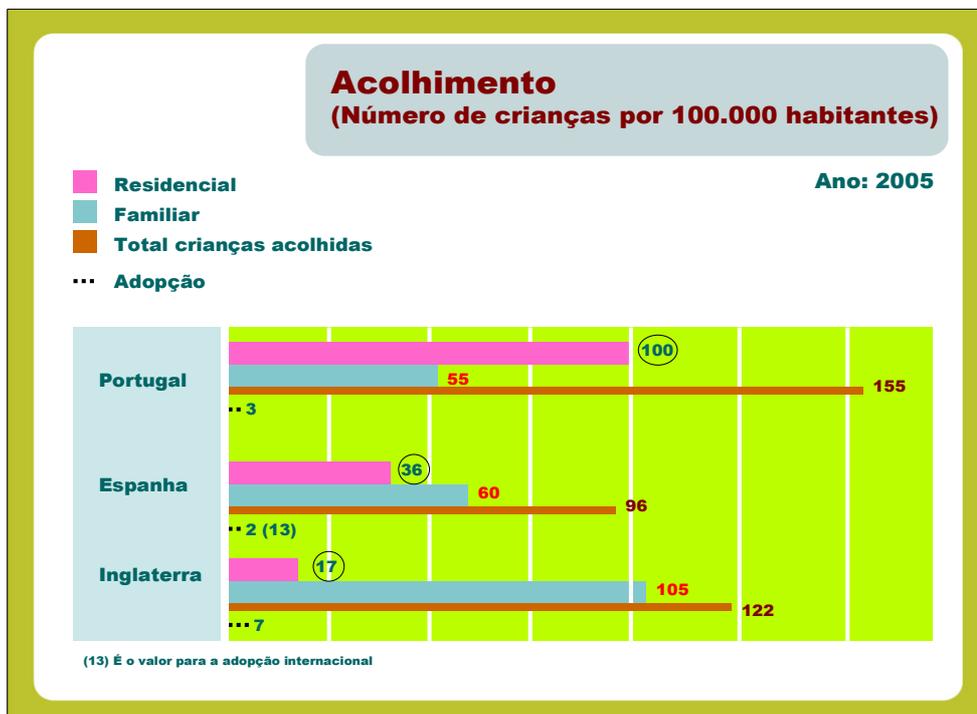
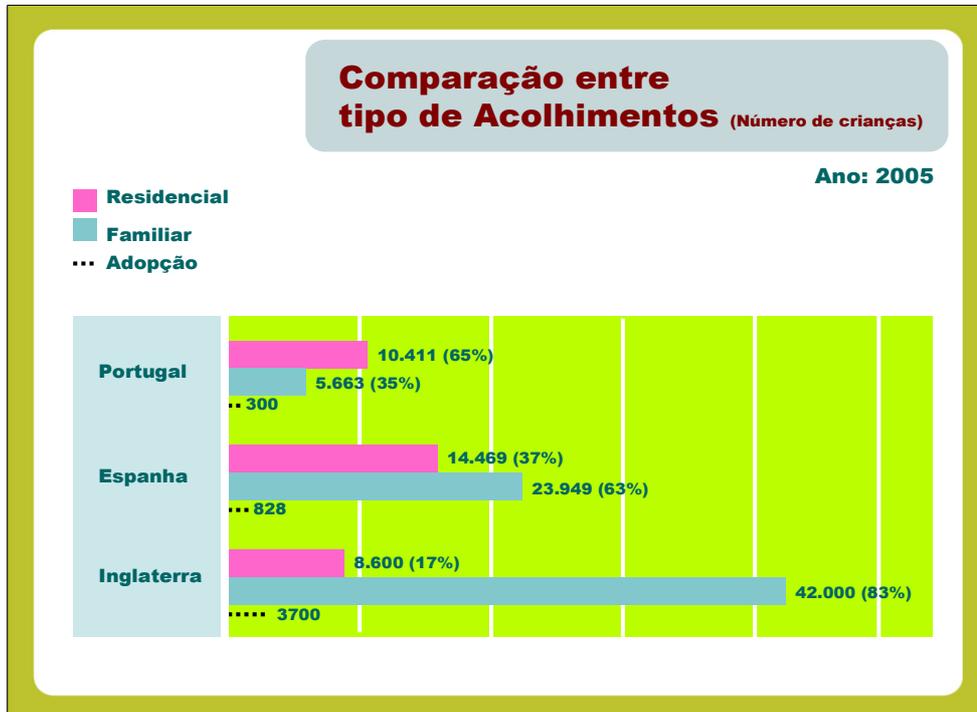
Anexos

Índice

Anexo 1 – O Acolhimento Familiar: enquadramento internacional comparado.....	48
Anexo 2 – Estatísticas do Acolhimento Familiar em Portugal, por Distrito	50
Anexo 3 – Caracterização da Instituição de Enquadramento	51
Anexo 4 – Caracterização das Crianças e jovens em Acolhimento Familiar.....	59
Anexo 5 – Tópicos do Guião de Entrevista.....	60

Anexo 1 – O Acolhimento Familiar: enquadramento internacional comparado

A investigação académica e os peritos têm vindo a atribuir, em termos internacionais, cada vez mais importância à medida de promoção e protecção de acolhimento familiar, quando se torna necessária a separação do menor da sua família biológica.



A situação portuguesa, comparativamente com as realidades de Espanha e do Reino Unido é representada por uma preponderância da medida de acolhimento institucional quando nos outros dois países, o acolhimento familiar é dominante.

Em Espanha, a situação evoluiu ⁴⁹ sentido nos últimos 10 anos e no Reino Unido é uma medida já utilizada há dezenas de anos, apresentando-se, em termos comparativos, diametralmente oposta à situação portuguesa (mesmo salvaguardando algumas diferenças suscitadas, em termos de classificação e de nomenclaturas).

Quando se corrige os indicadores dos três países para a mesma base *per capita* (no caso presente, o número de acolhimentos por 100.000 habitantes) a situação de Portugal sobressai, ainda mais, negativamente: é o país com maior número de crianças separadas da família biológica (+ 30% que em Inglaterra e + 60% que em Espanha) e é a que apresenta o maior número de acolhimentos institucionais versus acolhimentos familiares (+ 270 % do que em Espanha e + 590% do que em Inglaterra).

Anexo 2 – O Acolhimento Familiar: enquadramento internacional comparado

CDSS	Crianças e Jovens abrangidos			Famílias de acolhimento			Duração média do acolhimento				
	Total	Com deficiência	Sem deficiência	Total	Não familiares	Familiares	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Aveiro	420	20	400	335	151	184	0	0	0	20	400
Beja	6	2	4	3	2	1	0	2	0	0	4
Braga	768	38	730	587	246	341	0	0	0	0	0
Bragança	69	6	63	53	26	27	0	1	5	20	43
Castelo Branco	34	3	31	29	6	23	0	2	1	0	31
Coimbra	211	6	205	198	60	138	1	26	27	82	75
Évora	66	11	55	39	15	24	9	6	9	4	38
Faro	264	6	258	204	63	141	13	7	24	69	151
Guarda	77	17	60	56	23	33	1	2	5	18	51
Leiria	219	20	199	171	77	94	5	2	7	41	164
Lisboa	55	6	49	42	42	0	0	0	0	3	52
Portalegre	53	1	52	41	17	24	1	5	0	0	47
Porto	1.801	89	1.712	1.320	294	1.026	40	29	66	363	1.303
Santarém	198	10	188	168	36	132	0	0	0	52	146
Setúbal	393	19	374	330	66	264	0	5	3	17	368
Viana Castelo	220	18	202	135	53	82	30	29	19	57	85
Vila Real	420	41	379	311	111	200	29	20	58	184	129
Viseu	71	6	65	47	29	18	0	3	0	25	43
Total	5.345	319	5.026	4.069	1.317	2.752	129	139	224	955	3.130

Fonte: CDSS /2006

Anexo 3 - Caracterização da Instituição de Enquadramento

A Mundos de Vida, Associação para a Educação e Solidariedade, é uma instituição privada de solidariedade social, sem fins lucrativos, fundada a 29 de Junho de 1984, então, com a denominação de Centro Social de Lousado. Em 2004, a associação adoptou o seu nome actual, sendo mais condicente com o universo das suas actividades, centradas nas áreas da educação, acção social e da saúde.

A instituição, tem a sua sede em Lousado mas desenvolve as suas actividades por uma área de influência que se estende pelos concelhos de Famalicão, Santo Tirso e da Trofa. A sua primeira valência foi a de ATL, instalada num antigo palacete da Quinta da Serra. Em 1988, abre o seu primeiro edifício construído de raiz, a creche e jardim-de-infância que viria a beneficiar de obras de ampliação e modernização. Hoje, o conjunto recebe o nome de Casa da Criança que atende diariamente cerca de 300 meninos e meninas.

Um segundo edifício, denominado Casa-Mãe, é concluído em 1999, onde fica instalada a Casa Maior (residência para idosos), com serviços de centro de dia e de apoio domiciliário, e a Casa das Andorinhas (centro temporário de crianças em risco). A instituição conclui a adaptação de um edifício autónomo a que dá o nome de Centro de Serviços, onde vem a localizar as suas actividades orientadas para a família e a comunidade.

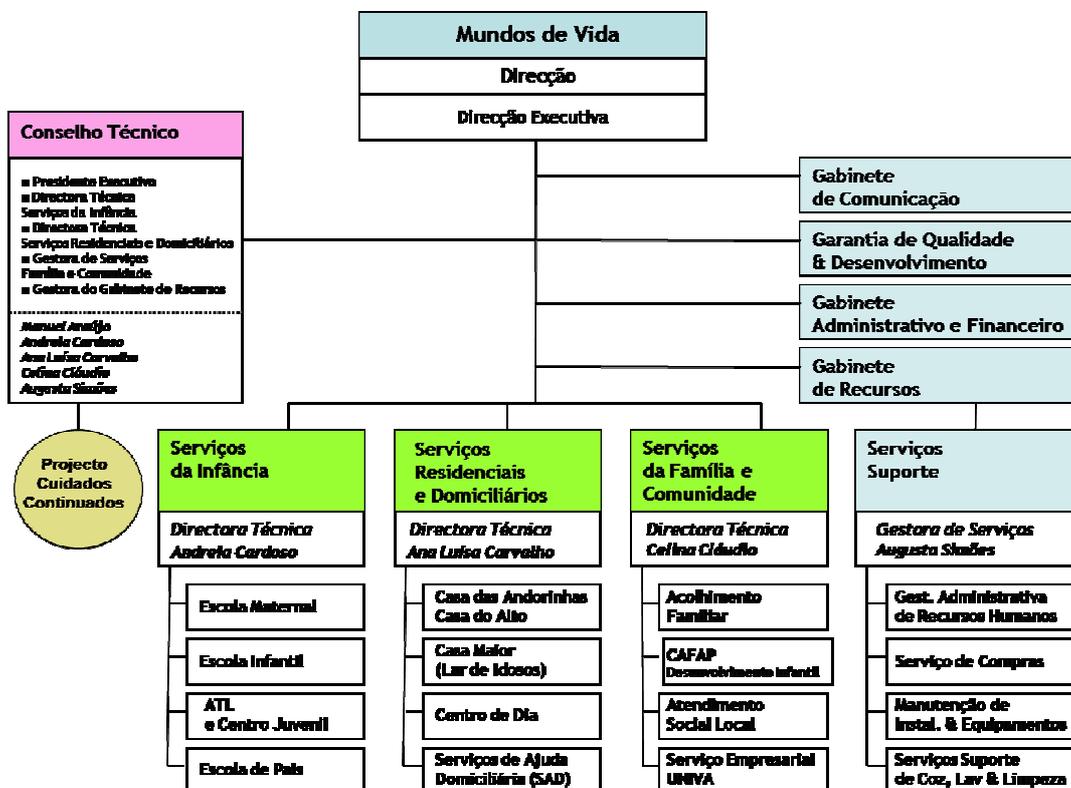


Em 2005, de forma a melhorar a eficácia dos recursos residenciais para crianças e jovens, abre a Casa do Alto. O centro de protecção à infância fica completo, durante este ano, com novos serviços de preservação e reunificação e de acolhimento familiar. A par destas respostas sociais, a Mundos de Vida teve sempre um papel activo na comunidade, participando empenhadamente em programas e projectos de inserção social, quer nacionais, quer internacionais.

Hoje, a Mundos de Vida, conta com setenta colaboradores, entre os quais cerca de 20 técnicos superiores, no conjunto, responsáveis pelo desenvolvimento de boas práticas e de novos modelos de intervenção e de atenção às crianças, às pessoas idosas e às suas famílias.

Actualmente, a associação possui vários serviços orientados para os vários ciclos da vida das famílias da sua área de influência, agrupados em seis áreas: centro de educação da infância, centro de protecção à infância, centro integral para a 3ª idade, centro da família e da inserção social, centro do conhecimento e da formação e centro da saúde e de bem-estar.

Organograma – Mundos de Vida



Centro de Serviços Familiares



A Mundos de Vida oferece a todas as famílias da sua área de influência um serviço de atendimento e de intervenção social, tornando mais simples e fácil o recurso aos sistemas de apoio nacionais.

Este serviço, que integra recursos técnicos especializados, apoia as famílias através de uma prática de atendimento integrado, numa lógica que se aproxima do conceito de extensão local dos serviços da segurança social.

Outra finalidade, é o desenvolvimento de acções orientadas para as pessoas e famílias em situação de maior dificuldade, risco e vulnerabilidade social, para que vejam melhorada a sua qualidade de vida. Para este efeito, a Mundos de Vida, regularmente, promove, em articulação com projectos nacionais e comunitários, acções de luta contra a pobreza e a exclusão social.

Recursos Materiais

Para cumprir estes objectivos a instituição dispõe de um espaço, com identidade própria, dedicado aos serviços para a família e comunidade, designado Centro de Serviços Familiares

O espaço dedicado aos serviços familiares está situado próximo dos equipamentos sociais da Mundos de Vida e confina com o Centro de Saúde e a Biblioteca Municipal, em Lousado.



O espaço está aberto das 9H00 às 17H30 (e até às 20H00 nos dias úteis e ao Sábado para atendimentos agendados). Com mais de 200m², o espaço é constituído por sala de espera; sala de trabalho da equipa técnica; 2 salas de reuniões; gabinete técnico sócio-laboral; gabinete social; gabinete da directora técnica e 4 salas do centro de desenvolvimento infantil (terapia da fala, terapia ocupacional e consultas).



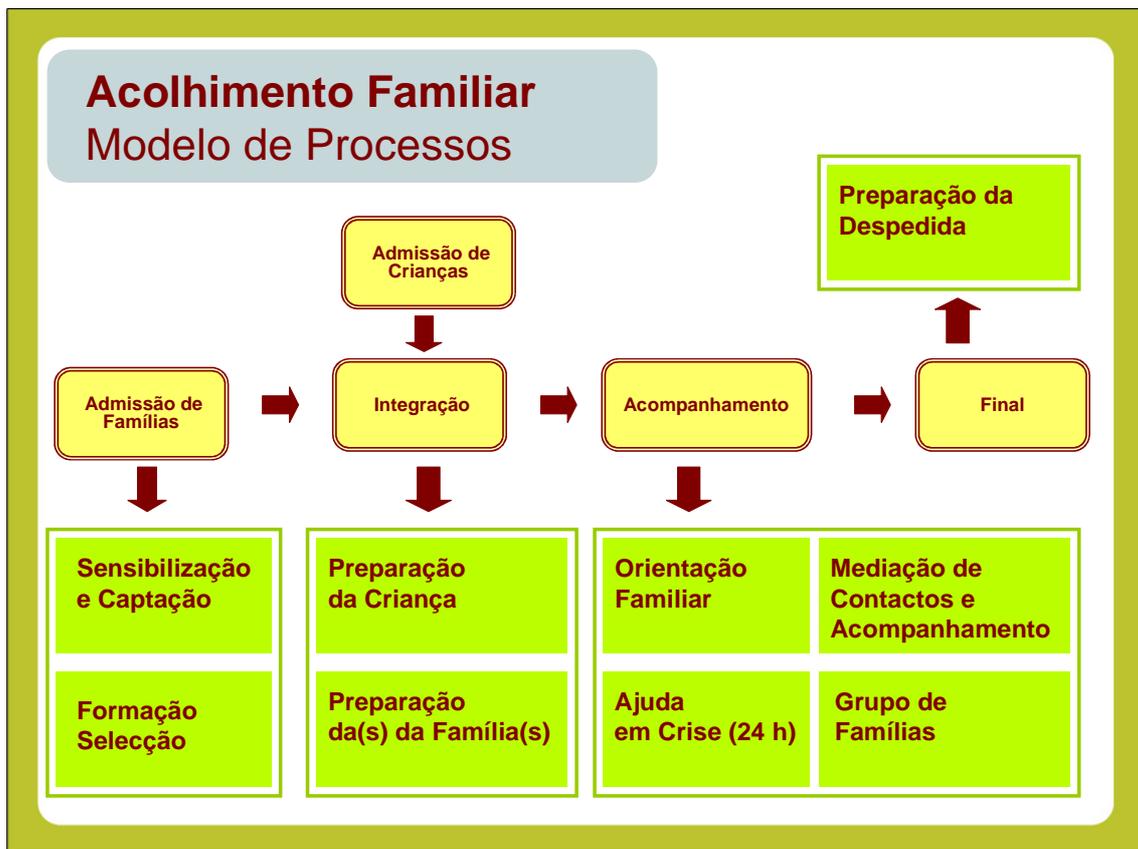
Complementarmente a este espaço, é utilizada uma sala autónoma de 80 m², modernamente equipada, onde se realizam os encontros e sessões do programa de formação com as famílias de acolhimento. Na sala de trabalho da equipa técnica, são utilizados equipamentos que permitem a gravação em vídeo e o visionamento de sessões de trabalho com as famílias. Foi constituída uma biblioteca especializada com livros técnicos adquiridos para consulta da equipa técnica e das famílias de acolhimento. No total existem 86 livros, essencialmente em inglês e castelhano, dada a escassez de livros em português, dedicados a matérias relacionadas com a Protecção à Infância.

No caso particular do Acolhimento Familiar, para além de manuais técnicos para uso da equipa, há um conjunto de livros para apoio às próprias famílias de acolhimento com temas: como usar e organizar um livro da vida; ou histórias infantis que ajudam as famílias a fazer com que as crianças entendam a nova situação que decorre da decisão de acolhimento.



No processo de estudo para a “montagem” do serviço de acolhimento familiar a Mundos de Vida considerou dois modelos em que basicamente se inspirou: a experiência da Fundación Meniños e a experiência do Programa Kanguru, a par dos materiais de formação das famílias usados em Castilla/Léon. A Mundos de Vida associou ainda ao seu modelo, alguns detalhes de uma terceira experiência (o modelo usado na Escócia).

Processo de Acolhimento Familiar da Mundos de vida



Programa de Acolhimento Familiar – Procuram-se Abraços

Campanha 2006



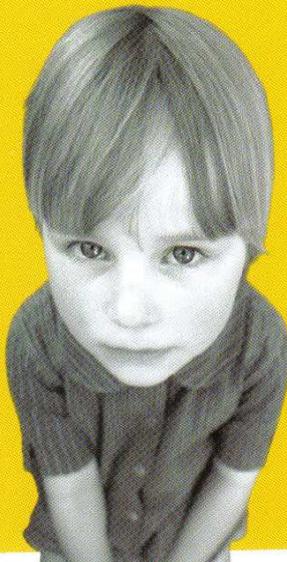
**Sou o Francisco...
preciso de
uma família!**

Em Portugal, existem mais de **5000**
crianças que vivem em situação de
risco grave devido a diversos
problemas sócio-familiares.

Campanha 2007



Em Portugal, existem mais de 5000 crianças que vivem em situação de risco grave devido a diversos problemas sócio-familiares.



Quem cuida destas crianças?

Algumas destas crianças, vão ter de deixar a sua família porque os seus pais, devido a diversas circunstâncias, não estão em condições de tomar conta e educar os seus filhos.

Se ninguém da sua família puder cuidar delas, as crianças poderão ter de viver temporariamente num centro.

Muitas ficariam melhor num meio mais terno e familiar que lhes proporcionasse o carinho e a atenção de que precisam.

Que crianças são?

São crianças e adolescentes que vivem na nossa comunidade sob a protecção do Estado, enquanto não se encontra uma solução para os seus problemas.

Podem ser bebés, crianças pequenas ou adolescentes, isoladas ou grupos de irmãos, crianças saudáveis ou que apresentem alguma necessidade especial, problema emocional ou de saúde.

Anexo 5 – Caracterização das Crianças e Jovens em Acolhimento Familiar

Identificação da Criança Acolhida	Data de Nascimento da Criança	Data de início Acolhimento	Escolaridade	Intervenções Anteriores	Motivos da Presente Intervenção
Maria João Pereira Silva	24-07-2000	15-9-06	2º Ano	Intervenção junto da família biológica	Negligência, Maus tratos psicológicos, Maus tratos físicos, Exposição a modelos de comportamento desviantes
Afonso André Gonçalves Pereira	17-05-2004	15-12-06	Infantário	Intervenção junto da família biológica CAT	Negligência, Maus tratos psicológicos, Exposição a modelos de comportamento desviantes
Ana Isabel Gonçalves Pereira	9-01-2002	15-12-06	Pré-escolar	Intervenção junto da família biológica CAT	Negligência, Maus tratos psicológicos, Exposição a modelos de comportamento desviantes
Marisa Daniela Gonçalves Pereira	17-04-2003		Pré-escolar		
Nelson Filipe Duarte Rodrigues	2-10-1995	18-12-06	6º Ano	Colocação Familiar; CAT	Solicitação de acolhimento por parte do progenitor
Carlos Alberto Duarte Rodrigues	9-09-1999	18-12-06	2º Ano		
Manuel António Monteiro Ximenes	24-02-2000	15-02-07	1º Ano	Intervenção junto da família biológica	Negligência, Ausência temporária de suporte familiar, Exposição a modelos de comportamento desviantes
Cláudio Rafael Gonçalves Carneiro Ribeiro	12-04-1993	17-05-07	6º Ano	Intervenção junto da família biológica	Negligência, Exposição a modelos de comportamento desviantes
Liliana Patrícia Gonçalves Pereira	12-01-2000		1º Ano		
Maria João Leal Machado	14-03-2007	30-03-07	Sem integração	*	Exposição a modelos de comportamento desviantes
Ricardo André Vicente dos Santos	5-11-2006	21-5-2007	Creche	*	Negligência, Exposição a modelos de comportamento desviantes
Ana Sofia Soares Ribeiro	18-11-1998	28/06/2007	4º Ano	Intervenção junto da família biológica; CAT	Abandono, Ausência temporária de suporte familiar
André Filipe Soares Ribeiro	8-09-2000		1º Ano		
Suze Monteiro Ximenes	22-08-1998	06-08-2007	2º Ano	Intervenção junto da família biológica; Integração na família alargada	Abandono, Abandono Escolar, Ausência temporária de suporte familiar
Márcia A. Pereira da Costa	11-01-2002	19-10-2007	Infantário	**	**

* Integração imediata na família de acolhimento

** Sem dados

Anexo 6 – Tópicos do Guião da Entrevista

Caracterização Social:

Estado civil do próprio e do cônjuge

Idade do próprio e do cônjuge

Habilitações

Profissão e situação na profissão do próprio e do cônjuge

Rendimentos da família

Caracterização Familiar:

Nº de filhos

Composição do agregado familiar

História familiar e antecedentes pessoais das famílias de acolhimento:

Historia e experiencias de vida

Rotinas de vida diária e estratégias educativas

Momentos de crise e estilos de adaptação

Modos de organização familiar

Pertença a grupos formais/tempos livres

Redes de Apoio

Prestação de ajudas de familiares e amigos

Pertença a grupos formais

Disponibilidade de apoio da rede social

Relação com a família extensa, tempo livre

Percepção do apoio social disponível

Motivações e expectativas sobre o acolhimento

Grau de consenso do casal/filhos

Respeito pela história de vida da criança

Fratria (na mesma família de acolhimento)

Palavras associadas a família

Imagem de família

Funções familiares

Papeis familiares

Importância atribuída à família

Atitudes perante o acolhimento e compreensão do seu papel enquanto acolhedores

Formas de integração

Memórias do acolhimento

Descrição do dia-a-dia da criança/jovem

Adaptação das crianças/jovens às regras

Diálogo família/criança/família

Integração da criança na escola

Regras

Apoio às crianças/jovens

Actividades extra-curriculares

Curriculum Vitae



Europass-Curriculum Vitae

Informação pessoal

Apelido(s) / Nome(s) próprio(s) **Batalhas, Vanessa**

Morada(s) Av. General Humberto Delgado Lote 2D 2º Esquerdo, Alhos Vedros, Portugal

Telefone(s) 212048773 Telemóvel: 96 111 40 22

Correio(s) electrónico(s) vanessabatalhas@gmail.com

Nacionalidade Portuguesa

Data de nascimento 8 de Março de 1984

Sexo Feminino

**Emprego pretendido /
Área funcional**

Socióloga

**Formação académica e
profissional**

Datas 2002-2005

Designação da qualificação atribuída Licenciada em Sociologia e Planeamento

Nome e tipo da organização de ensino ou formação Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Nível segundo a classificação nacional Suficiente (12 Valores)

Datas	1999 - 2002
Designação da qualificação atribuída	12.º Ano, Ensino Secundário
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Escola Secundária Alfredo da Silva, Barreiro
Nível segundo a classificação nacional	Classificação de 13 valores;
Datas	2005 - Formação em Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres
Principais disciplinas/competências profissionais	Promover pratica com vista à Igualdade entre Mulheres e Homens
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa INOVINTER
Experiência profissional	
Datas	2006-2007
Função ou cargo ocupado	Socióloga (Estagiaria)
Principais actividades e responsabilidades	- Projectos de investigação quantitativa - Trabalhos na área da cidadania para crianças – elaboração de um guia para crianças - Organização de projectos internacionais na área da juventude - Elaboração de pequenos artigos para uma <i>Newsletter</i>
Nome do empregador	Gabinete de Desenvolvimento Associativo e Cidadania

Datas 2006-2008

Função ou cargo ocupado Operadora de Caixa/Part Time

Principais actividades e responsabilidades Atendimento ao Publico

Nome e morada do empregador Feira Nova Hipermercados

Tipo de empresa ou sector Comercio

Datas 2004-2005

Função ou cargo ocupado Caixeira Ajudante

Principais actividades e responsabilidades Atendimento ao Publico

Nome empregador Shop One, Pronto a Vestir

Tipo de empresa ou sector Comércio

Aptidões e competências pessoais

Primeira língua Português

Outra (s) língua(s)

Auto-avaliação

Nível europeu (*)

Inglês

Francês

Compreensão				Conversaão				Escrita	
	Compreensão oral	Leitura			Interação oral	Produção oral			
C	Utilizador	C	Utilizador	C	Utilizador	C	Utilizador	C	Utilizador
1	Experiente	1	Experiente	1	Experiente	1	Experiente	1	Experiente
A	Utilizador	A	Utilizador	A	Utilizador	A	Utilizador	A	Utilizador
2	Elementar	2	Elementar	2	Elementar	2	Elementar	2	Elementar

(*) Nível do Quadro Europeu Comum de Referência (CECR)

Aptidões e competências sociais	<ul style="list-style-type: none">- Boa capacidade de comunicação- Capacidade de adaptação em ambientes multiculturais- Espírito de equipa
Aptidões e competências de organização	<ul style="list-style-type: none">- Capacidade de organização- Capacidade de criação e gestão de projectos- Criatividade e pensamento pró activo
Aptidões e competências informáticas	<ul style="list-style-type: none">- Domínio em todo o software Office- SPSS- Internet
Carta de condução	Carta de condução n.º SE – 230467 0, válida para a Categoria B
Outras aptidões e competências	<p>2006 – Participação no Seminário “Futuros da Profissão Sociólogo”, em Vendas Novas</p> <p>2006 – Participação no Seminário “Conhecer Mais Para Intervir Melhor”, no Montijo</p> <p>2006 – Participação no Workshop “O impacte da Violência Domestica na Escolas”, no Montijo</p> <p>2007 – Participação no Seminário Internacional Building European Citizenship</p> <p>2007 – Participação no Intercambio Internacional Youth for Europe, no Montijo</p> <p>2007– Participação no Seminário “Crianças e Jovens em Risco: Proteger a Crianças, Preservar a Família”, no Barreiro</p> <p>2007 – Participação na simulação do Modelo das Nações Unidas, no Montijo</p> <p>2007 – Participação no I Fórum Abrigo, no Montijo</p> <p>2007 – Participação no Intercambio Internacional European Democracy – Awareness to Inclusion, no Montijo</p>

Informação adicional

Desenvolvi na Câmara Municipal de Montijo, no Gabinete de Desenvolvimento Associativo e Cidadania (GDAC) o estágio curricular com a duração de 6 meses o que me permitiu adquirir uma experiência prática apreciável. Onde demonstrei um forte sentido de responsabilidade e, nas funções que desempenhei, dei provas de flexibilidade e iniciativa;

Participação e projectos de voluntariado com crianças com deficiências.

Possuo computador portátil com ligação à Internet;